



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Cav GUILHERME LUCHETTI CORTINHAS

**A distribuição de poder do Sistema Internacional
e a influência dos atores não estatais na
sociedade brasileira**



Rio de Janeiro

2018



Maj Cav GUILHERME LUCHETTI **CORTINHAS**

**A distribuição de poder do Sistema Internacional e a
influência dos atores não estatais na sociedade brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando
e Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em Ciências
Militares.

Orientador: TC Art Renato Souza Pinto Soeiro

Rio de Janeiro

2018

C829d Cortinhas, Guilherme Luchetti

A distribuição de poder do Sistema Internacional e a influência dos atores não estatais na sociedade brasileira /
Guilherme Luchetti Cortinhas . —2018.

69 f.: il.; 30 cm.

Orientação: Renato Souza Pinto Soeiro
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares).—Curso de Comando e Estado-Maior (ECEME): Rio de Janeiro, 2018.
Bibliografia: f. 61-69.

1. ATOR ESTATAL. 2. ATOR NÃO ESTATAL. 3. ESTADO. 4. GLOBALIZAÇÃO. 5. SOBERANIA I. Título.

CDD 355.411

Maj Cav GUILHERME LUCHETTI **CORTINHAS**

**A distribuição de poder do Sistema Internacional e a
influência dos atores não estatais na sociedade brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando
e Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em Ciências
Militares.

Aprovado em ____ de novembro de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

Renato Souza Pinto Soeiro - Ten Cel Art - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

MARCO ANTONIO DE LIMA - Ten Cel Cav - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ALAN MARTINS GOMES - Ten Cel Art - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha família, minha maior bênção de Deus.

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Celestial por sua poderosa mão sobre os caminhos de minha vida com notável misericórdia.

A minha mãe, Tania Maria de Carvalho Cortinhas, responsável pela minha sólida formação moral. Seu legado me inspira diariamente a me tornar uma pessoa melhor. Ao meu pai, Carlos Luchetti Cortinhas, grande incentivador da bela carreira militar e exemplo de abnegação em prol de seus filhos. Espero honrá-lo com uma vida digna.

A minha amada esposa, Tainan, materialização do amor de Deus para com a minha pessoa e meu sustentáculo calcado de alegrias incessantes. Esforço-me para viver com ela eternamente.

Ao TC Art Renato Souza Pinto Soeiro, pelas diretrizes que facilitaram este trabalho estar adequado aos métodos exigidos, além da confiança demonstrada. Tenho sorte de tê-lo como orientador e coordenador de curso, situações onde sua educação e liderança servem de exemplo para mim e aos meus pares.

Aos meus compaheiros de trabalho, que com sua dedicação colaboram para um Exército cada vez mais forte em todos os rincões deste vasto país. É uma honra pertencer a tão seletivo grupo e me esforço para contribuir para o engrandecimento da nossa Pátria!

“Nem o sábio e nem o valente descansa na trilha da história para esperar o trem do futuro passar sobre ele. [...]” (Dwight D. Eisenhower)

RESUMO

Este trabalho parte da premissa de que os governos possuem grande dificuldade em conciliar seus projetos com a influência de entes externos. Muitos pensadores procuraram definir o Estado e suas relações de poder na tentativa de elucidar estas interações. Em paralelo, as Relações Internacionais e seus agentes também se tornaram objeto de estudo. O Brasil não fica apartado deste cenário. Por isso, os conceitos que giram ao redor de atores estatais e não estatais são pontos relevantes do texto. O leitor pode observar que o Sistema Internacional é composto por potências como Estados Unidos da América, China e Rússia. Cada uma destas nações visa aumentar sua capacidade política, econômica e militar no mundo. Organizações Internacionais Governamentais ou Financeiras, como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, além dos diversos blocos econômicos, também são ferramentas onde há conciliação ou disputa de interesses em comum. A globalização é parte intrínseca neste contexto, o que facilitou a ascensão de organizações não governamentais, movimentos sociais, imprensa e da opinião pública. Também concorrem ante a liberdade de ação das autoridades legais as atividades de organizações criminosas, que no caso brasileiro, estão cada vez mais sofisticadas. As conclusões redigidas sobre o cenário de poder difuso no âmbito externo e doméstico mostram a importância de que o país deve ter um planejamento de Estado que resista aos interesses não alinhados à sociedade brasileira. Para tanto, é essencial de que a mesma esteja munida de um senso coletivo visando o bem comum.

Palavras-chave: Ator Estatal, Ator Não Estatal, Estado, Globalização, Soberania.

RESUMEN

Este trabajo parte de la premisa que los gobiernos poseen gran dificultad en conciliar sus proyectos por la influencia de entes externos. Muchos pensadores procuraron definir el Estado y sus relaciones de poder en el intento de dilucidar estas interacciones. A lo largo del tiempo, las Relaciones Internacionales y sus agentes también se volvieron objeto de estudio. Brasil no es ajeno a este escenario. Por eso, los conceptos que giran alrededor de actores estatales y no estatales son puntos relevantes del texto. El lector puede observar que el Sistema Internacional está compuesto por potencias como Estados Unidos de América, China y Rusia. Cada una de estas naciones pretende aumentar su capacidad política, económica y militar en el mundo. Las organizaciones internacionales gubernamentales o financieras, como la Organización de las Naciones Unidas, la Unión Europea y el Fondo Monetario Internacional, además de los diversos bloques económicos, también son herramientas en las que hay conciliación o disputa de intereses en común. La globalización es parte intrínseca en este contexto, pues ha facilitado la ascensión de organizaciones no gubernamentales, movimientos sociales, prensa y opinión pública. También concurren ante la libertad de acción de las autoridades legales las actividades de organizaciones criminales que, en el caso brasileño, están cada vez más sofisticadas. Las conclusiones redactadas sobre el escenario de poder difuso en el ámbito externo y doméstico muestran la importancia de que el país debe tener una planificación de Estado que resista a los intereses no alineados a la sociedad brasileña. Para esto, es esencial que la misma tenga un sentido colectivo para el bien común.

Palabras clave: Actor Estatal, Actor No Estatal, Estado, Globalización, Soberanía.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRICS	Fórum de Diálogo Brasil - Rússia - Índia – China - África do Sul
CV	Comando Vermelho
EI	Estado Islâmico
ELN	Exército de Libertação Nacional
ETA	<i>Euskadi Ta Askatasuna</i>
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FMI	Fundo Monetário Internaciona
FOCAC	Fórum sobre Cooperação China-África
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRA	Exército Republicano Irlandês
KGB	<i>Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti</i>
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OCX	Organização de Cooperação de Xangai

OEA	Organização dos Estados Americanos
OIG	Organizações Internacionais Governamentais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC	Primeiro Comando da Capital
PT	Partido dos Trabalhadores
TCP	Terceiro Comando Puro
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-americanas
URSS	União das repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura Nº 1 – 73ª Assembléia Geral da ONU	15
Figura Nº 2 – Primavera Árabe no Egito.....	29
Figura Nº 3 – Região da Criméia.....	41
Figura Nº 4 – Exército Brasileiro no Complexo da Maré.....	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.2.1	Objetivo Geral	16
1.2.2	Objetivos Específicos	16
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	17
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	SISTEMA INTERNACIONAL.....	19
2.1.1	Teorias das Relações Internacionais	20
2.2	PARTICIPANTES DO SISTEMA INTERNACIONAL.....	21
2.2.1	Estado	21
2.2.2	Atores não estatais	23
2.2.2.1	Conceito.....	23
2.2.2.2	O poder dos atores não estatais e a globalização.....	25
2.2.3	Opinião pública	27
2.2.4	Think Tanks	31
3	METODOLOGIA	32
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	32
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	32
3.3	COLETA DE DADOS.....	32
3.4	TRATAMENTO DOS DADOS.....	33
3.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	33
4	ATORES NÃO ESTATAIS E OS PRINCIPAIS CENTROS DE PODER DO SISTEMA INTERNACIONAL	34
4.1	ESTADOS UNIDOS.....	36
4.2	UNIÃO EUROPEIA.....	38
4.3	CHINA.....	39
4.4	RÚSSIA.....	40
4.5	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	42

4.6	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS GOVERNAMENTAIS FINANCEIRAS.....	42
5	ATORES NÃO ESTATAIS NO BRASIL.....	45
5.1	ONG.....	45
5.2	MOVIMENTOS SOCIAIS.....	47
5.3	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.....	48
5.4	IMPrensa.....	50
5.5	OIG.....	52
6	CONCLUSÃO.....	54
	REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, a ordem internacional apresentou o modelo de arranjo unipolar (Império Romano, o Concerto Europeu de 1815 a 1914, etc) e o bipolar (Guerra Fria). Atualmente é visível a hegemonia norte-americana, porém de forma menos absoluta que em outras oportunidades quando o mundo assistiu a liderança de um país. Este fenômeno é provocado pela ascensão de diversos entes, dentre eles os Estados Modernos, Organizações Internacionais Governamentais (OIG) e outros elementos não estatais. Este elenco variado interfere na liberdade de ação dos governos (PECEQUILO, 2012).

Para o entendimento de como se organiza o ambiente político internacional, torna-se imprescindível o entendimento do que são os Estados Modernos. Estes são estruturas políticas idealizadas após a Guerra dos Trinta Anos, que levou ao concerto de Westfália em 1648, rompendo aos poucos a tradição feudal. O cerne desta concepção é a existência de um poder soberano dentro de um espaço físico que controla um povo através de instituições. Weber afirma no ensaio "A Política como Vocação" (2003, apud ANGARITA, 2013), que o Estado visa o monopólio da força no seu território, organizado por normas jurídicas.

Organização Internacional Governamental é um grupo não estatal formado por países que visam metas comuns, cedendo parcela de seus poderes na ordem mercantil, política, humanitária, etc. São caracterizadas pela adesão voluntária de seus integrantes, pelo fato de costumeiramente possuírem uma sede, de adotarem normas jurídicas e possuírem capacidade financeira própria (ALFAIA, 2008). Exemplos de OIG são a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A primeira organização internacional surgiu em 1815 no Congresso de Viena (após as Guerras Napoleônicas): a Comissão Central de Navegação do Reno. Seguiram-se outras até a Liga das Nações, surgida após a Primeira Guerra Mundial. Terminada a Segunda Guerra Mundial, foi criada a ONU em substituição à Liga, isto por meio da Carta de São Francisco de 1945. A paz era o principal objetivo de ambas organizações. A partir de então houve o início da multiplicação de outros organismos internacionais (BULL, 2002). No estudo da política internacional, essas estruturas multilaterais entre os Estados podem intensificar a cooperação entre as

nações por meio da transparência nas relações, facilitando a ação coletiva.

Figura Nº 01 – 73ª Assembléia Geral da ONU (2018)



Fonte: Disponível em <https://www.unmultimedia.org/photo/>. Acessado em 01/10/2018.

No ambiente internacional e doméstico, a interligação entre governos e suas sociedades faz crescer a relevância dos atores não estatais, que vislumbram atingir os objetivos propostos pelo Estado na medida em que este não supre as demandas exigidas por seus cidadãos. Isto explica a crescente influência dos mesmos também no Brasil (PECEQUILO, 2012).

Esse fenômeno é evidenciado com o desenvolvimento da tecnologia, que acelera a troca de informações em rede, intensificando fluxos de capital, bens, pessoas e principalmente dados. Isto é parte da globalização, que também mobiliza a opinião pública e por consequência condiciona a atitude dos agentes do Estado concebido em Westfália (ABERS e BÜLOW, 2011).

Como consequência, a soberania estatal busca reafirmar-se em meio da interdependência e heterogeneidade do mundo atual. Há Estados descolonizados somente na segunda metade do século passado, outros emergem como lideranças regionais e rivalizam ante aos Estados Unidos, e também há outras potências mundiais. As disputas na OMC refletem este contexto (KISSINGER, 2015).

Desta forma, nota-se a existência de variadas concepções ao redor dos conceitos de multipolaridade e atores não estatais. Tal se explica pela dinâmica acelerada das relações internacionais, composta pelo variado universo de agentes contemporâneos que buscam sua inserção na comunidade mundial.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Defrontado o cenário exposto, nota-se que em Westfália, o Estado foi concebido como o cerne da organização política do mundo. Atualmente sofre a interferência de agentes de toda ordem, onde se destaca a divisão de poder internacional, a globalização e atores não estatais, situação que também ocorre no Brasil. Isto exposto, este trabalho de pesquisa enfrenta o seguinte problema:

Qual o atual comportamento entre os Estados e atores não estatais no Sistema Internacional e de que maneira isto influencia a sociedade brasileira?

1.2 OBJETIVOS

Conforme Creswell, a formulação do objetivo é a parte mais relevante de qualquer estudo. Por isso deve ser apresentado de modo claro, devendo seu propósito ser estabelecido destacadamente de outros pontos do trabalho (CRESWELL, 2010). Desta forma, esta pesquisa teve os objetivos descritos abaixo.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o cenário de poder do Sistema Internacional e de que maneira este influencia a liberdade de ação governamental no Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a intenção de permitir a consecução do objetivo geral desta pesquisa, os objetivos específicos abaixo facilitaram a lógica do trabalho conforme descrito em seguida:

- a. Apresentar o Sistema Internacional e a classificação de seus atores;
- b. Apresentar as relações de poder do Sistema Internacional contemporâneo com maior relevância;
- c. Caracterizar os principais integrantes do Sistema Internacional que influenciam nas relações internacionais e na liberdade de ação dos Estados;
- d. Caracterizar a influência dos agentes não estatais que desafiam a liberdade

de ação governamental no Brasil.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Tendo em vista o esforço principal deste trabalho de pesquisa, que é analisar o contexto geopolítico internacional da atualidade e o impacto de seus principais agentes no cenário doméstico brasileiro, houve necessidade de delimitar os principais atores estatais envolvidos: Estados Unidos, Rússia e China. Isto ocorreu por forma de teorias e apresentação de fatos.

O mesmo raciocínio será feito em relação aos atores não estatais, sejam OIG, movimentos sociais importantes, agentes de mercado, Organizações Não Governamentais (ONG), etc.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esta seção busca preparar itens que explicam a relevância deste documento. Desta maneira, a importância desta pesquisa se fundamentou nos seguintes pilares:

A assimetria de poder entre os Estados e a relevância de atores não estatais, em um contexto de disputa no Sistema Internacional. Há grandes desigualdades de níveis socioeconômicos, peso político, elementos geográficos e capacidade militar (CASTRO, 2012).

A importância das relações internacionais diante de um sistema multilateral. Neste senso, a cooperação Sul-Sul é um instrumento brasileiro no papel de porta voz do Terceiro Mundo. O objetivo é a conciliação dos interesses da nação junto às OIG, mesmo com a sessão parcial da soberania estatal (PECEQUILO, 2012).

No contexto das limitações domésticas, o Gen Nilton Cerqueira, ex-secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, publicou no Jornal do Brasil de 2 de agosto de 1996, o artigo intitulado "ONG, quem as financia?":

Militantes de ONG consideram, inclusive, que estas, em realidade, ocupam o vazio deixado pela crise das ideologias. Essas organizações conspiram contra a própria existência das nações, por meio da aglutinação de movimentos de massas, abolindo os conceitos de soberania, independência e autodeterminação dos povos.

Tal opinião espelha o pensamento de grande parte da sociedade, tendo como referência ONG ambientalistas com apoio financeiro externo. Neste caso há intromissão estrangeira e objetivos que visam internacionalizar riquezas do país. Assim como ocorre neste tipo de organização, existe a preocupação pelas demais

diante de suas interferências na sociedade (AVILA, 2014).

No contexto da segurança pública, o Brasil apresenta significativos desafios provocados por outra classe de atores não estatais. A postura do poder público diante de milícias e organizações criminosas leva em consideração uma série de variáveis que tornam a ação do Estado cada vez mais emoldurada pela complexidade do assunto (FERREIRA, 2005).

Em suma, este trabalho se mostra importante pelos elementos que atingem a política do Brasil. Além disso, a vasta oferta de publicações sobre os conceitos mais relevantes da pesquisa demonstra o interesse da sociedade quanto a esta discussão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este segmento do trabalho permite a discussão sobre conceitos basilares para a execução da pesquisa. Na atualidade há o fenômeno da difusão de poder direcionada aos atores não estatais, sendo o Brasil palco deste processo. Por isso, serão apresentados conceitos relacionados com o Sistema Internacional e seus atores.

2.1 SISTEMA INTERNACIONAL

O Sistema Internacional é um ambiente desprovido de personalidade jurídica onde o Estado e demais atores se relacionam (MARQUES, 2008). Para o melhor entendimento do funcionamento deste espaço é necessário discorrer sobre a soberania.

Na Idade Média, entendia-se a soberania como um poder sem limites. Havia a concentração de poder nas mãos do governante, encarado como divinamente nomeado. O conceito de soberania foi elaborado também pelo jurista francês Jean Bodin, autor da obra “Os Seis Livros da República”, em que a conceitua como poder perpétuo e limitado apenas perante as leis divina e natural. O termo soberania estava então em íntima conexão com a definição do Estado.

Thomas Hobbes reforça a teoria de soberania, afirmando sua origem política. A autoridade recebida pelo governante por meio de um contrato é absoluta, uma vez que houve total transferência dos poderes por parte dos súditos (HOBBS, 2003).

Para Rousseau, a soberania é do povo e a legislação figura como expressão da vontade geral. Assim, todo o poder deve ser estabelecido em favor dos governados. A função do soberano é de executar as leis, sendo esta função revogável a qualquer momento (ROUSSEAU, 1978).

Atenuando a organização dos Estados concebidos desde o século XVII, a Carta da ONU (1945) e a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) vislumbraram a relativização do poder estatal. Ambas foram aprovadas pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Com estes documentos pretendia-se o fim de paradigmas relacionados ao poder soberano das nações e o nascimento de um novo direito internacional (AMARAL, 2008).

Somando-se a isto, nas últimas décadas os Estados têm criado organizações internacionais e transferindo parte de seus poderes a elas com a intenção de progredir em alguma área, como economia e política. Ao mesmo tempo em que há o

fortalecimento das democracias no âmbito interno, com maior acesso às informações por parte da população, no aspecto externo o poder dos Estados passou a ser cada vez mais relativizado em favor de interesses coletivos ou das grandes potências. (AMARAL, 2008).

Pelo somatório dos conceitos apresentados, nota-se que soberania é a capacidade que o Estado possui em efetivar a plenitude de suas decisões nos ambientes externo e interno. Atualmente esta intenção é de difícil consecução tendo em vista a interdependência entre as nações, somada à influência de múltiplos agentes no âmbito doméstico.

2.1.1 Teorias das Relações Internacionais

O estudo das relações internacionais é indispensável ao entendimento do mundo globalizado. Na virada do século XIX para o XX, estava dirigido à manutenção do *status quo* que privilegiava americanos e ingleses, vinculando-se diretamente às relações de poder da sociedade mundial. Neste contexto surgiram correntes de pensamento para explicar tal fenômeno (ELÍBIO, 2006).

Uma delas, o Realismo, considera o poder como elemento central das relações internacionais e está embasado nas concepções estabelecidas por Thomas Hobbes. Para ele, todos os Estados, apesar de se relacionarem, vivem em estado de anarquia devido a ausência de um poder supranacional que regule a sociedade internacional. Tal instituição seria utópica. Desta forma surge a busca constante pelo poder, em que cada Estado soberano tenta maximizar sua força sobrepondo-se aos mais fracos. Esta é a característica principal do estado de natureza, conhecido também como sendo o dilema da segurança (HOBBS, 2003).

A partir do pressuposto teórico estabelecido por Hobbes, os realistas contemporâneos estabelecem determinadas características: os Estados são o principal objeto de estudos das relações internacionais; o homem vive em constante luta pelo poder; há ênfase na capacitação militar e segurança nacional; as Organizações Internacionais não conseguem oferecer proteção irrestrita por não possuírem poder supranacional; e a estabilidade entre as nações somente se dá com o equilíbrio de poder (ELÍBIO, 2006).

As Relações Internacionais como ciência surgiram nos anos 1920, sob o ideal do Idealismo, que considera a natureza humana essencialmente boa. Teve Kant como seu pensador mais relevante e acreditava que o livre comércio e a democracia

eram capazes de garantir a paz e prosperidade no cenário internacional, pois tais promoveriam a cooperação e soluções de conflitos via negociação. Considera-se importante o papel desempenhado pelo Direito Internacional, sendo este o fundamento de uma ordem regulada por meio de organizações a fim de anular a anarquia internacional, fomentando assim a paz entre os Estados (KANT, 2008).

A despeito deste cenário pretendido, os anos 1930 destacaram a luta pelo poder em detrimento do desejo de paz mundial. Neste aspecto, para as Relações Internacionais a Teoria Realista era a única capaz de explicar os aspectos da realidade internacional (HOBBS, 2003).

Para ilustrar, a crise de 1929 demonstra que o livre comércio não obteve pleno êxito e fez com que a partir da década de 1930 os Estados Unidos reforçassem seus interesses por todo o globo. Esta realidade se consolidou como a forte tendência internacional, observada nos vários eventos do século passado ao redor da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Daí por diante, percebeu-se o mundo como um grande tabuleiro de xadrez, no qual as peças de cor igual deviam cercar, isolar e destruir o Estado oponente (ELÍBIO, 2006).

Neste contexto, Samuel Huntington analisou a cultura como fator modelador das relações internacionais. A identidade nacional é um instrumento de influência na atuação dos Estados no Sistema Internacional. A manipulação de narrativas em associação à história e aspectos culturais podem interferir na política doméstica dos países (CARRIÇO, 2015).

Desde então, as teorias das relações internacionais têm passado por uma renovação constante. Daí o surgimento de conceitos como o *hard*, *smart* e *soft power*. O *soft power* descreve a habilidade de um ator do Sistema Internacional em influenciar o comportamento de outros por meios ideológicos (cultura e valores). O termo se contrapõe ao conceito de *hard power*, onde os instrumentos de um ente coagem outros. Para tanto, há o emprego em massa das expressões militar, política e econômica do poder nacional por parte de quem assim o pretende. A combinação de ambos os conceitos, a capacidade de usar a força somada à condição de inspirar e influenciar formam o *smart power* (NYE, 2009).

2.2 PARTICIPANTES DO SISTEMA INTERNACIONAL

2.2.1 Estado

A Idade Média foi caracterizada pela influência do poder secular da Igreja sobre

os príncipes, sendo protagonista das relações internacionais. O Papa era uma figura singular que arbitrava as controvérsias internacionais, coroava os reis e regia a política internacional (AMARAL, 2008).

As relações internacionais contemporâneas passam a tomar forma com os Tratados de Westfália, que colocaram fim a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Este conflito de grandes proporções é a denominação de uma série de lutas entre as nações europeias que envolveu o aspecto religioso e político para procurar diminuir a influência da dinastia dos Habsburgos, que governavam a Europa Central. Nações como os Países Baixos e a Suíça se tornaram independentes, a França despontou como potência e o Sacro Império Romano-Germânico foi fragmentado. Para materializar tudo isto, apareceu o Estado moderno, um ente soberano que superou paulatinamente a influência dos senhores feudais e a subordinação ante a Igreja Católica (CARNEIRO, 2007).

A partir de então, os Estados eram os únicos atores do Sistema Internacional, que configurou-se anárquico. Aberto, pois reconhece novas entidades políticas; igualitário, pois seus membros possuem os mesmos direitos e obrigações; e descentralizado, visto que o poder é exercido de maneira dispersa (BULL, 2002).

O termo Estado foi alvo de explicações sob distintas óticas. Maquiavel (1469-1527) estava convencido de que o ser humano é corruptível e tende a ser amoral. Posto isso, deve o soberano (Príncipe), em seu Estado, regular seus habitantes a fim de preservá-los de perigos domésticos ou externos. Daí a necessidade de normas éticas para a sociedade. Maquiavel descreve a razão de Estado acima de qualquer outra consideração, pois fortalecem a capacidade de controlar o ambiente (MAQUIAVEL, 2017).

Thomas Hobbes (1588-1679) defende o poder de Estado ilimitado. De acordo com sua filosofia, são legítimas todas as ferramentas que garantam os objetivos do Estado como a paz, a segurança e o bem-estar da população (HOBBS, 2003).

Franz Oppenheimer (1864-1943) creu que o Estado é uma instituição imposta por um grupo de vitoriosos ante os vencidos. O domínio não possui qualquer outro intuito que não seja a exploração econômica por parte dos vitoriosos. Jellinek (1851-1911) avançou no conceito de Estado, identificando seus componentes. Este se constitui de um território; das pessoas que habitam nele; e do poder que regula esse conjunto (MARTIN, 2015).

A Escola Superior de Guerra em seus posicionamentos sobre a Teoria de

Estado identificou o poder regulador de Jellinek como governo, isto é, a capacidade que tem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais em conformidade com a vontade de seu povo. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (MARTIN, 2015).

2.2.2 Atores não estatais

2.2.2.1 Conceito

Os avanços nos processos de integração do século XXI foram marcados pela potencial perda, por parte dos Estados, da condição de exclusivos atores internacionais. Esses passaram a conviver com organizações internacionais, organizações não governamentais, bem como com empresas transnacionais, que movimentam o cenário onde os Estados eram os protagonistas. (BEDIN, 2006).

Nas relações internacionais, ator significa o ente que cumpre determinado papel na sociedade internacional com capacidade de influir significativamente neste ambiente. Assim, nem todos os grupos sociais gozam dessa prerrogativa, pois tais devem ser capazes de cumprir funções comerciais, políticas, culturais, econômicas, militares, etc (LESSA, 2005).

Pode-se fragmentar esta noção em atores estatais e não estatais. Ambos possuem propósitos diferenciados, ainda que teóricamente sujeitos ao mesmo arcabouço jurídico (CASTRO, 2012).

Para ilustrar a crise do Estado, no contexto da União Europeia um exemplo de atuação desses atores se deu na dificuldade de reduzir os subsídios do comércio agrícola. Na Europa, esta mobilização camponesa teve como líder o francês José Bové, quando comandou uma manifestação contra a OMC. Esta havia condenado a União Europeia por se negar a importar dos Estados Unidos carne de vaca exposta a hormônios. Assim, permitiu aos Estados Unidos taxar em 100% produtos de origem francesa, entre os quais estão o queijo roquefort (MARQUES, 2008).

Um outro tipo de ator não estatal são as grandes corporações transnacionais, integrantes do segundo setor (setor produtivo ou mercado). Visam a maximização do lucro por meio da competitividade internacional. Exemplos: GE, GM, Shell, WalMart, Petrobras, Vale, Microsoft etc. Elas exercem expressiva capacidade de influência na globalização pela lógica da governança corporativa (CASTRO, 2012).

Com o aumento do intercâmbio de bens e serviços, os consumidores e a eficiência no processo produtivo passaram a exigir maior liberalização dos

mercados. A globalização econômica, que ganhou impulso no final do século XX, levou à proliferação de acordos regionais e a um crescente fluxo comercial, tendo como resultado a formação de blocos continentais. São exemplo a União Europeia (UE), a Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Tais associações respondem às demandas geopolíticas e econômicas tanto de seus integrantes quanto da sociedade internacional (MARQUES, 2008).

Atores não estatais individuais possuem significativa influência na política internacional por meio de sua atuação e história pessoal. Citam-se como exemplos: Gandhi, Dalai Lama e Madre Teresa. Ao mesmo tempo, Barack Obama, laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 2009, não se classifica como ator individual, pois houve um mandato que o comissionou em nome dos Estados Unidos (CASTRO, 2012).

Em contraste, explica-se a influência de Osama Bin Laden como ator individual nas Relações Internacionais por ter sido dirigente da rede Al Qaeda. Vivia em isolamento entre as montanhas de Tora Bora, Afeganistão e Paquistão. Arquitetou, em forma de redes terroristas, seu ideário radical antiamericanista e antiocidental, operando por células em todo o mundo. Osama é tido como o principal planejador dos ataques de 11 de setembro de 2001, havendo evidências de ter ordenado outros atentados como os das embaixadas dos Estados Unidos da América (EUA) no Quênia e na Tanzânia em 1998. Outro fato marcante é que Osama Bin Laden induziu a concepção de guerra assimétrica, uma nova fronteira em que a guerra não se dá mais exclusivamente entre Estados soberanos, mas também protagoniza atores não estatais (CASTRO, 2012).

Outros conjuntos têm atuado de maneira relevante no cenário internacional, principalmente a partir dos anos 2000: organizações internacionais de partidos políticos (Foro de São Paulo, Internacional Comunista, etc), organizações sindicais transnacionais, organizações religiosas e organizações criminosas ou terroristas, como a Al-Qaeda, as (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN) na Colômbia, além do Sendero Luminoso, no Peru. Estes entes têm tido crescente atenção tanto por parte da academia quanto na esfera estatal pela sua abrangência no plano dos conflitos pós-11 de setembro de 2001 (LESSA, 2005).

A partir de então, ficou claro que as guerras interestatais também enfrentam grupos, conduzindo uma guerra híbrida, onde se mistura a guerra convencional com a irregular (LOPES, 2017).

2.2.2.2 O poder dos atores não estatais e a globalização

Há na sociedade atual diversificados centros de poder. Weber define que o Estado atua alternadamente como Estado-Poder, Estado-Regulador e Estado-Sociedade, ou seja, emanante de poder, mas também como cumpridor de obrigações (ANGARITA, 2013).

A globalização tem interferência no exercício de poder, pois é um processo econômico, social, culturais e político que ajusta de maneira dramática as relações da sociedade. Trouxe a reconfiguração do Estado nacional em diferentes intensidades e sua posição no cenário internacional (HARTMANN, 2011).

Segundo o Boaventura de Souza Santos, a globalização atual consiste em:

Em um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social: dos sistemas produtivos e financeiros a revolução das tecnologias e práticas de informação e de comunicação; da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais; das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas; das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais; das novas práticas culturais e editoriais aos estilos de consumo globalizado.

Um resultado deste fenômeno é a manifestação de uma multiplicidade de interações entre indivíduos, empresas, grupos, organizações e o próprio Estado. Este assiste à fragmentação destes vínculos de tal modo que, enquanto uns atores surgem, outros desaparecem (BEZERRA, 2016).

Além disso, com o aumento cada vez mais acelerado da população, aumentam as interações supramencionadas e a carência por serviços prestados pelo Estado, que não consegue desempenhar esse papel de forma adequada. Surgiu então o Terceiro Setor para atender essas demandas, composto por organizações de caráter coletivo, sem fins lucrativos, não estatais e que obrigatoriamente atendem o Código Civil e leis específicas (RIBEIRO, 2010). O Primeiro Setor é o próprio Estado e o Segundo Setor composto pelas empresas privadas.

Esse conjunto enfraqueceu o protagonismo estatal, criaram novos arranjos de poder e contribuem para a formulação de uma agenda internacional complexa. Atores estatais ou não estatais se posicionam no cenário internacional com funções, objetivos e instrumentos distintos. Ainda assim, o Estado mantém-se como ator

relevante, apesar da apropriação dos seus contornos funcionais por indivíduos com influência, grupos transnacionais ou sociais, organizações não governamentais, grupos terroristas e o crime organizado (BEZERRA, 2016).

Neste contexto, a dinamização das informações tem papel fundamental. Durante os anos 1990, criou-se o mito de que a Internet levaria ao fim da soberania estatal. Por isso, sob o rótulo de governança da Internet, essa controvérsia orienta as interações políticas de atores estatais e não estatais no que diz respeito ao controle deste recurso. A atribuição de papéis e responsabilidades a atores estatais e não estatais no uso da Internet são tarefas complexas (CANABARRO, 2008).

A autoridade para o desenvolvimento de políticas públicas conexas à Internet é direito soberano dos Estados. Ao mesmo tempo, a disponibilidade e os baixos custos de acesso ao ciberespaço permite que atores não estatais de todo o tipo possam exercer o mesmo tipo de monitoramento da inserção cibernética dos órgãos governamentais (BRUNDIDGE e RICE, 2009).

Nos Estados Unidos, a governança da Internet passou a ser discutida com a tentativa do governo garantir sua segurança. Por isso, efeitos podem ser observados, como o controle unilateral sobre a tarefa de coordenar a identificação dos computadores ligados à Internet; as diferenças nos custos de conexão à Internet entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; a estabilidade e segurança da rede e o cibercrime; a predominância da língua inglesa na internet, com pouca difusão de conteúdo local e multilíngue; etc (COGBURN, 2009).

Além disso, a disponibilidade e os baixos custos de acesso ao ciberespaço e à dominação da técnica de operação nesse ambiente permite, ainda, que atores não estatais de todo o tipo possam exercer o monitoramento dos órgãos governamentais, seja com a finalidade de cobrar e perseguir a transparência governamental, seja com a finalidade de atentar contra o poder estabelecido. O mesmo acontece com a ação criminosa contra empresas e usuários, com a finalidade de obter lucro. Esse cenário é tão complexo que é difícil determinar de que forma a interação entre capacidade estatal e democracia opera nos diferentes contextos nacionais. O que abre espaço para a realização de pesquisa em perspectiva comparada com desenhos de investigação dos mais variados (HABKA, 2010).

Uma evidência dos efeitos da celeridade de informações mostra-se na evolução da OMC, tanto pela sua capacidade de regulamentação do comércio

internacional, quando pelo seu rápido crescimento. Além de ter ampliado o rol de matérias sobre as quais sua normativa regula, a OMC apresenta uma autonomia relativa em relação aos Estados que a compõem (OLIVEIRA, 2005).

À medida que a organização adquire maior influência nas políticas comerciais dos seus membros, e interfere nos sistemas de produção de cada país, há maior interesse por parte de diversos grupos pelos acordos celebrados no âmbito da OMC. A participação da sociedade civil na OMC é um fenômeno em crescimento, como se pode observar na prática da organização nos últimos anos, em que foram criados espaços para diálogo com a sociedade civil. Neste período também foram realizadas novas iniciativas destinadas a promover maior publicidade, transparência e abertura na condução dos trabalhos (OLIVEIRA, 2005).

No que tange aos mercados, compete ao Estado criar normas e a valorização das instituições enquanto as empresas, atores não estatais que são, têm prioridade com sua clientela, objeto de direito privado. Embora pareça que Estado e empresa sejam antagônicos, ambos são centros de poder onde existe a interferência de um na esfera do outro com frequência. No capitalismo, a deflagração de crises e a superação destas por meio de instituições públicas e privadas é algo esperado. Quando o poder do Estado não se faz presente, o da iniciativa privada aumenta até um limite que leva até a crise financeira. Neste cenário cíclico, o Estado volta a atuar com maior poder e interferindo na iniciativa privada, como visto amplamente na crise de 2008 (ANGARITA, 2013).

As várias guerras comerciais travadas na OMC entre corporações e Estados são emblemáticas por conta de seus impactos. As empresas transnacionais exercem grande capacidade de ditar o funcionamento do sistema econômico internacional, interferindo nas entidades estatais. Por isso há a percepção de que os Estados estão renunciando paulatinamente a soberania, integrando-se em redes transnacionais geoeconômicas com a participação ativa de atores não estatais do segundo setor (mercado). Naturalmente ocorre a competitividade entre os Estados resultante da busca por crescentes retornos financeiros (ALBUQUERQUE, 2005).

2.2.3 Opinião pública

O advento tecnológico é um fenômeno que implica sobremaneira no papel dos atores estatais e não estatais. O volume de informações produzidas e a sua capilaridade modificam a postura dos agentes do Sistema Internacional ou

doméstico devido à pressão popular. A informação em si não é um tipo de ator do Sistema Internacional, mas influi nos governos, especialmente os democráticos. O papel da opinião pública requer uma análise da formação de políticas a fim de que a natureza desta relação seja adequadamente compreendida. Por isso, tal assunto merece um segmento exclusivo desta pesquisa (AMARAL, 2017).

Os processos pelos quais as agendas governamentais são estabelecidas e as opções de política formuladas estão longe de ser simples. A extensa literatura na área da administração pública supera a noção de que as decisões governamentais são simplesmente executadas de modo neutro pelos seus funcionários (HOWLETT, 2000).

Um número razoavelmente limitado de etapas constrói o processo pelo qual os problemas chegam à atenção do governo através da pressão popular: a formulação de políticas se refere ao processo pelo qual as opções são apresentadas; a tomada de decisões se refere ao processo pelo qual os governos adotam um curso particular de ação; a implementação de políticas se refere ao processo pelo qual os governos põem as políticas em execução; e a avaliação de políticas se refere aos processos pelos quais os resultados das políticas são monitorados pela sociedade e cujo resultado pode ser a reformulação dos problemas e soluções (HOWLETT, 2000).

O problema central para o entendimento do papel da opinião pública no processo de construção da agenda é compreender como surgem as demandas por uma política. Embora frequentemente se suponha que esse processo começa com a expressão pública de alguma preocupação com alguma política, isso nem sempre acontece. A agenda oficial do governo é usualmente dominada por oportunidades rotineiras mais que por aquelas geradas por eleições. No sentido mais geral, o público é tratado como uma entidade amorfa e passiva. Tipicamente, o público difuso serve apenas como barômetro no processo político, e apenas grupos organizados do público fazem pressão por certos objetivos políticos. O melhor barômetro da opinião pública é obviamente a pesquisa de opinião pública (AMARAL, 2017).

Diante desta realidade, os meios de comunicação desempenham um papel muito ativo, influenciando e refletindo a construção da agenda. Influencia a formação de políticas ao gerar a atenção do público e, através dela, a pressão política para que certos atores passem a atuar sobre uma questão particular. A cobertura da mídia, porém, não apenas aumenta as percepções e atenção públicas sobre várias

questões, mas as constrói, definindo-as como econômicas ou políticas, sociais ou pessoais, radicais ou conservadoras. Os canais de comunicação, seja por meio de vídeo popular, rádio livre ou comunitária, jornal alternativo e plataformas jornalísticas permitem grande visibilidade. A Internet tem grande capacidade de difusão de mídia pela facilidade de distribuição ao lado de sua versatilidade por conseguir atualizações em tempo real e o estabelecimento de redes (ALMEIDA, 2002).

Uma grande ilustração da influência da opinião pública diante de eventos importantes ocorreu na virada desta década no mundo árabe. A Primavera Árabe atingiu a Tunísia, Egito, Bahrein, Síria, Líbia, Jordânia, Marrocos, Argélia, Iêmen, Omã e Djibuti. A Internet e as mídias sociais foram consideradas fundamentais e por isso foram conferidos rótulos deste fenômeno como "Revolução *Twitter*" e "Revolução *Facebook*". As primeiras apropriações destes meios como forma de pressão por alguma sociedade ante as esferas de poder ocorreram na Moldávia e no Irã em 2009 (ROCHA, 2017).

Tais instrumentos foram orientados à opinião pública estrangeira devido ao baixo nível de inclusão digital destas nações. Assim, os usuários engajados nestes movimentos procuraram cercear a liberdade de ação dos seus opositores através do apoio internacional, enquanto a mobilização interna ocorreu predominantemente por meios tradicionais. De acordo com a *Internet Usage Statistics*, em 2010, os usuários de Internet na Tunísia contabilizavam apenas 33.9%, no Egito 24.5%, no Marrocos 41.3% e na Líbia apenas 5.4% (HOWLETT, 2000).

Figura Nº 02 – Primavera Árabe no Egito



Fonte: Disponível em <https://istoe.com.br/a-primavera-arabe/>. Acessado em 01/10/2018.

Ao mesmo tempo, a mesma revolução digital facilitou a atuação de grupos extremistas. A divulgação de vídeos do Estado Islâmico (EI) é a prova do aproveitamento da tecnologia para produzir e disseminar mensagens e imagens, como a decapitação do norte-americano Nicholas Berg, em 2004. As imagens foram divulgadas na página da Internet do grupo dirigido por Abu Musab al-Zarqawi, chefe da Al-Qaeda no Iraque. Desde então, o EI se afirmou como o primeiro grupo radical a explorar plenamente o potencial da revolução digital, utilizando a guerra psicológica ao seu favor (ROCHA, 2017).

Na China, o acesso à Internet é controlado a fim de proteger o governo unipartidário. Grandes plataformas estão cerceadas, como *Facebook* e *Twitter*, principalmente após 2009, ano em que ocorreram os conflitos étnicos na Província de Xinjiang. Segundo fontes oficiais, o povo local havia sido manipulado através da rede por separatistas radicados no estrangeiro. Paralelamente, as autoridades chinesas implementaram sistemas automatizados de propaganda que produzem comentários favoráveis a ele, tal como na Rússia e na Sérvia (CÁDIMA, 2017).

Na Rússia, a agência de informação que sucedeu a *Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti* (KGB) contratou empresas para viciar as plataformas digitais no controle das opiniões durante as eleições de 2013. Dados apontam para um tráfego de mensagens manipuladas de cerca de 61,5% em relação à totalidade (CÁDIMA, 2017).

A utilização ampla das ferramentas eletrônicas gera outro tipo de impacto, que é a permeabilidade das informações. Tal problema pôde ser observado em 2015 quando Bruxelas se viu paralisada por atentados. Na ocasião, os principais canais de comunicação foram impelidos a suspender temporariamente a cobertura policial a fim de não prejudicarem o andamento das operações (TELES, 2017).

Sob a ótica de mercado, a Internet permite a publicidade de forma mais abrangente, o que provocou a reestruturação dos meios tradicionais de comunicação de massas. No mesmo sentido, o papel do jornalista foi redefinido, já que no sistema tradicional a produção de conteúdo era menos condicionada à rapidez das informações em busca do ineditismo das notícias. Além disso, a opinião pública tornou-se ainda mais valorizada, a fim de ocorrer a interação com a sociedade, provocar a aceitação e o condicionamento aos produtos midiáticos (ALMEIDA, 2002).

2.2.4 Think Tanks

ThinkTanks são instituições privadas cujo objetivo é a elaboração de conhecimento em alguma área específica, reunindo pessoal especializado de acordo com o tema proposto. Demonstram grande capacidade de influenciar políticas públicas, bem como celeridade em alcançar a opinião pública por meio de resultados de pesquisas, pois não seguem estruturas excessivamente burocráticas. O seu sucesso acabou por gerar novas questões e a sua multiplicação. Cita-se como exemplos as americanas *Heritage Foundation* e o *Center for American Progress* (COSTA, 2017).

O sucesso dos *Think Tanks* depende da sua projeção pública, essencial para o êxito da sua atividade. Por isto são organizados debates e seminários para divulgar seus estudos (COSTA, 2017). No Brasil, um bom exemplo deste tipo de organização é a Fundação Getúlio Vargas.

Os *Think Tanks* têm literatura científica ainda pouco numerosa no Brasil devido ao baixo incentivo científico. A ação destes atores não estatais tornar-se-ia essencial para delinear as agendas de determinados grupos políticos e fazer com que o governo assumira prioridades estabelecidas por estas organizações. O Canadá por exemplo incentiva a multiplicação destes grupos por meio de facilidades fiscais à medida que seus produtos se mostram úteis à sociedade (ITO e SECCHI, 2016).

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia que solucionou os problemas pesquisados, identificando as atitudes necessárias para atingir os objetivos elencados. Para isso houve uma sequência organizada em: Tipo de Pesquisa, Universo e Amostra, Coleta de Dados, Tratamento de Dados e Limitações do Método.

Portanto, utilizando a Taxionomia de Vergara (2009), através de uma pesquisa qualitativa, intentou-se compreender as evidências ao redor da multipolaridade existente nas relações internacionais, a atuação de atores não estatais e as implicações desse cenário para o Brasil.

3.1. TIPO DE PESQUISA

Seguindo a taxionomia já citada, tal pesquisa foi feita de forma qualitativa ao contemplar a subjetividade e privilegiar relatos. Explicativa também, pois visou buscar motivações para a ocorrência do objeto a ser estudado e tornar o assunto inteligível. Isto por meio da exposição de justificativas que evidenciem o processo de multipolarização em transcurso no ambiente internacional e doméstico. Esse cenário atinge a atuação dos agentes da nação em sua capacidade de governo. Também foi feito um esforço bibliográfico dentro de tal metodologia, pois houve embasamento teórico na procura de publicações oficiais, textos, livros, estudos e artigos acadêmicos sobre assuntos relacionados às relações internacionais da atualidade e a postura do Brasil diante de um contexto com múltiplos atores.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo pesquisado retratou a realidade dos atores estatais e não estatais que interferem significativamente na sociedade brasileira. A amostra utilizada seguiu a linha não probabilística por não contemplar procedimentos estatísticos e por acessibilidade (VERGARA, 2009), justificada pela gama de fontes de pesquisa disponíveis utilizadas.

3.3 COLETA DE DADOS

Para todos os objetivos específicos o procedimento foi semelhante. A pesquisa começou por meio de busca bibliográfica em livros, revistas especializadas e artigos acadêmicos. Assim foram elencados os pilares que embasam a formação de um

sistema multipolar com atuação incisiva de atores não estatais.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Por conta do problema dessa pesquisa, que dá ênfase a procedimentos qualitativos de pesquisa, houve a análise de conteúdo, que, para Vergara (2008), é uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Assim, foi abordado o contexto geopolítico internacional com prioridade aos elementos que afetam drasticamente a política nacional.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Com a premissa de que todo método apresenta suas limitações, o trabalho a respeito de um fenômeno subjetivo convida ao aspecto qualitativo do método. Os relatos, entrevistas, a identificação de justificativas e dos fatores, por mais que haja embasamento teórico, dependem da interpretação dos autores das fontes. Esta ponderação, por mais que tenda à unanimidade está sujeita a visões particulares. Tal deficiência também atinge a análise de conteúdo e de discurso feita pelo pesquisador.

Em relação ao universo pesquisado, devido à variedade ampla de atores estatais e não estatais que interferem significativamente na sociedade brasileira, não foi possível um trabalho que contemple todos estes agentes. No entanto, o fato de haver a valorização da visão de mundo dos sujeitos envolvidos, decorrente da pesquisa qualitativa, este óbice foi minimizado.

4 ATORES NÃO ESTATAIS E OS PRINCIPAIS CENTROS DE PODER DO SISTEMA INTERNACIONAL

Por definição, multipolaridade do Sistema Internacional é a ocorrência de variados centros de poder que competem mutuamente por influência (BEZERRA, 2016). A partir deste conceito pode-se concluir o significado de unipolaridade e bipolaridade de acordo com a quantidade de potências.

O fim da Guerra Fria gerou a expectativa de uma ordem unipolar, aquela composta por um único centro de poder entre os Estados. Este foi o caso da última década do século XX, que testemunhou a liderança hegemônica americana evidenciada pela Guerra do Golfo. (KISSINGER, 2015).

Esta liderança não foi acompanhada de estabilidade no concerto internacional, pois o mundo mudou rapidamente e as estruturas de poder acompanharam este fenômeno. Nações como Kosovo surgiram, a União Europeia expandiu-se, na África novos atores competem pelos recursos estratégicos e o continente asiático vem se tornando cada vez mais heterogêneo (MARTIN, 2015).

Em 1992, Pierre Lellouche concebeu a Teoria da Incerteza (ou da Turbulência). O cenário de instabilidade seria provocado por fatores como a dificuldade americana em controlar o mundo subdesenvolvido em favor de sua hegemonia. Citou-se o esfacelamento da URSS e o término do conflito Leste x Oeste, fazendo com que o século XXI sofra uma desordem de até três décadas. Tal perturbação seria causada por revoluções nas antigas Repúblicas Soviéticas, explosão demográfica na África e ameaça nuclear de países islâmicos do norte da África contra a Europa (MAFRA, 2006).

De fato, nota-se a menor possibilidade do mundo assistir campanhas como as travadas durante a Segunda Guerra Mundial. Há, porém, conflitos intra-estatais, conflitos não estatais e violência entre grupos organizados, principalmente em áreas urbanas. Isto traduz-se sob a forma de terrorismo internacional ligado ao extremismo religioso violento; conflitos regionais, tais como na Caxemira, na península coreana ou no Oriente Médio; má governança como na Somália, Libéria e no Afeganistão dos Talibãs; e o crime organizado como o tráfico de armas, pessoas e drogas. Tudo isto com possíveis ligações ao terrorismo (MARTIN, 2015).

Corroborando parcialmente com Lellouche, as ameaças que o mundo enfrenta desde então são complexas e interligadas. As infraestruturas da sociedade, como sistemas de informação e energia, são mais vulneráveis. Além disso, a globalização

está volatilizando as estruturas institucionais e expondo as diferenças culturais. As turbulências no setor financeiro são representação fiel deste fenômeno ao interferir em economias de todo gênero (MAFRA, 2006).

O terrorismo internacional tem sido a ameaça mais desafiadora para a comunidade internacional. O jihadismo é uma de suas modalidades e mira a sociedade ocidental através de ações agressivas, como observadas no conflito da Síria e nos muitos atentados em solo europeu (Paris, Bruxelas, Londres, Nice, etc). Em paralelo, a ameaça do terrorismo nuclear está associada a Al-Qaeda, disposta a usar tais artefatos (MARTIN, 2015).

Para também ilustrar a Teoria da Incerteza, neste século XXI a Ásia Oriental se apresenta com grande propensão a conflitos envolvendo Japão, China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Taiwan, Rússia e Estados Unidos. Este cenário compreende conflitos por territórios, divergências ideológicas e disputas econômicas. Cita-se que em 2014, o governo Abe aprovou a Nova Estratégia de Defesa Nacional do Japão, uma quebra de paradigma daquele país, com o aumento dos gastos de defesa e a previsão de participar em conflitos externos caso necessário (MACHADO, 2017).

Lellouche também se evidencia na guerra síria, com múltiplos atores estatais e não estatais (Tabela nº1). Este cenário deve ser entendido na disputa entre as grandes potências. Destacam-se a Rússia e China de um lado (pró-regime sírio), e de outro os Estados Unidos e a União Europeia (oposição). Há ainda diversos atores não-estatais, como os grupos terroristas Hezbollah e o Estado Islâmico. Ocorre também a “guerra por procuração”, em que os países mais interessados no conflito patrocinam entidades não estatais para travarem guerras em seu lugar (LUCENA, 2017).

Para aclarar como está distribuído o jogo de poder atual, onde ocorre a diminuição da capacidade dos governos em exercer suas vontades, em muito causada por atores não estatais, será exposta a participação dos principais agentes das Relações Internacionais no concerto mundial.

Tabela nº 01 - Principais atores na guerra civil da Síria.

Tipo de ator	Apoia o governo	Faz oposição ao governo
Atores globais	- Rússia; - China.	- EUA; - Reino Unido; - França.
Atores regionais relevantes	- Irã.	- Turquia; - Arábia Saudita
Atores multilaterais	- Organização de Cooperação de Xangai (não-oficialmente).	- Liga Árabe; - Conselho de Cooperação do Golfo; - União Europeia; - OTAN.
Atores não estatais	- Hezbollah.	- Conselho Nacional Sírio (CNS); - Exército da Síria Livre (ESL); - Comitê de Coordenação Nacional para a Reforma Democrática (NCCRD); - Comissão Geral da Revolução Síria (CGRS); - Comitê de Coordenação Nacional das Forças de Mudança Democrática (CCNFMD); - Coligação Nacional das Forças da Oposição e Revolucionárias Sírias (CNFORS); - Partido da União Democrática (PYD); - Jabhat al-Nusra; - Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (EI).

Fonte: (LUCENA, 2017).

4.1 ESTADOS UNIDOS

A liderança dos EUA ainda é indiscutível, mas vêm sofrendo ameaças cada vez maiores de outras nações poderosas, como China e Rússia. Além disso, protagonistas regionais exercem influência crescente em seus vizinhos, como é o caso do Brasil e da Índia (ALMEIDA e ROCHA, 2013).

Isto é evidenciado pelo desgaste dos EUA no Oriente Médio, minimizando a sua influência na região. Na Europa, mesmo com alinhamento histórico com as matérias estadunidenses, França, Grã-Bretanha e Alemanha buscam por maior projeção. Na Ásia, o crescimento exponencial da economia chinesa ameaça a liderança americana. Os orientais já determinam novas referências do capitalismo, incluindo a posse de títulos da dívida pública americana. A política externa de Barack Obama assistiu o fortalecimento de outras nações e atores não estatais violentos (FILHO, 2015).

Em 2010, Obama anunciou o lançamento de sua Estratégia de Segurança Nacional (NSS-2010), em substituição à Doutrina Bush de 2002. Bastante esperada, a doutrina teve como título "Um Guia Para Alcançar o Mundo que Desejamos". Abordou o multilateralismo, o multipolarismo e a cooperação, abrindo espaço para temas sociais, ambientais, direitos humanos, ciência e tecnologia, e o bem-estar da sociedade norte-americana em um contexto de globalização (PECEQUILO, 2010).

Obama creu que os acordos com o Irã, em Paris, com a Associação Trans-Pacífico, a abertura com Cuba e o apoio incondicional no processo de paz da

Colômbia foram triunfos. Porém, Donald Trump, o sucessor de Obama, adota a postura de privilegiar o unilateralismo para preservar a hegemonia norte-americana, numa estratégia que será posta à prova ao longo de sua presidência (AGUIRRE, 2017).

Em entrevista ao *The New York Times*, Trump descreveu a OTAN como ultrapassada diante dos novos desafios enfrentados pelos EUA após a Guerra Fria. Na mesma entrevista, Trump também classificou a OTAN como economicamente injusta, pois os Estados Unidos pagam pela maior parte dos custos mesmo não sendo os principais beneficiados (COMBAT, 2017).

(...) Eu tenho dois problemas com a OTAN. Número 1, ela é obsoleta. Quando a OTAN foi criada várias décadas atrás, nós éramos um país diferente. Havia uma ameaça diferente. A União Soviética era (...) certamente muito mais poderosa do que a Rússia atualmente. (...) E eu acho que a OTAN é obsoleta porque nesse exato momento não temos alguém cuidando do terrorismo, e nós deveríamos estar preocupados com o terrorismo.

A despeito da visão do presidente americano, para se ter uma idéia da envergadura das missões da OTAN, fora da Europa Ocidental, em 2017, ocorreram operações no Afeganistão; Kosovo; no Mar Mediterrâneo; apoio à União Africana na Somália; e o policiamento do espaço aéreo da Europa Oriental. Em 2016, o orçamento da OTAN foi maior que US\$ 890 bilhões, 70% custeados pelos Estados Unidos. Oficialmente, os membros da OTAN se comprometem com ao menos 2% dos seus PIB para a defesa. Em 2016, somente cinco dos 28 membros atingiram o acordado: Estados Unidos, Grécia, Reino Unido, Estônia e Polônia¹. Daí o posicionamento crítico do governo estadunidense.

No âmbito econômico, no governo de Donald Trump há uma nítida aplicação de ações protecionistas: elevação das alíquotas de importação, diminuição da carga tributária interna, elevação dos juros e a conseqüente valorização do dólar (BIZAWU e RODRIGUES, 2017).

Portanto, vê-se que os EUA também estão resistindo ao crescimento de agentes não estatais. Os gastos com a OTAN, a influência de OIG, organismos financeiros internacionais e extremistas islâmicos são alguns exemplos que condicionam suas ações políticas.

¹ Fonte disponível em <https://www.nytimes.com/2017/02/15/world/europe/jim-mattis-nato-trump.html>, acessado em 26 de maio de 2018.

4.2 UNIÃO EUROPEIA

Embora haja um processo de integração desde o final da 2ª Guerra Mundial, a Europa tem no nacionalismo uma ameaça, com ampla participação de atores não estatais. A motivação nacionalista visa a criação de governos no qual seus cidadãos se sintam efetivamente representados, sensação dirimida por ocasião da criação da UE com suas diversas instâncias supranacionais: Parlamento Europeu, Banco Central Europeu, Comissão Europeia, etc. As manifestações são uma ameaça à estabilidade do bloco, aumentando o poder de outros países no contexto internacional, como os EUA, China e Rússia (NUNES, 2017).

O exemplo francês é bastante particular. A disputa presidencial de 2017 mostrou o vigor desta tendência em um país chave no continente, mesmo tendo o candidato do partido Socialista, Emmanuel Macron sido eleito presidente ao derrotar a candidata da Frente Nacional, Marine Le Pen. O movimento de direita possui entre suas principais propostas a saída da zona do euro e da União Europeia, além de políticas de restrições imigratórias. Para as eleições de 1995, na campanha de Jean-Marie Le Pen, pai de Marine, chegaram a ser distribuídos panfletos propondo a retirada de três milhões de não-europeus da França, em especial muçulmanos do Norte da África, da África Ocidental e do Oriente Médio (ROCHA, 2014).

Sob a ótica econômica, Le Pen, se negava a tornar-se uma vice-chanceler de Angela Merkel. Para isso, propôs o restabelecimento da soberania econômica, monetária, legislativa e territorial que implica tirar a França da UE e o retorno do franco como moeda, se afastando de ingerências externas e restabelecendo sua soberania. Também defende o fim do acordo de Schengen e ampliação da alfândega nas fronteiras nacionais (ROCHA, 2014).

Em 2016, outro país fundamental ao equilíbrio do continente demonstrou o descontentamento com a integração regional. Os britânicos votaram pela saída do Reino Unido da União Europeia com pouco mais de 50% dos votos, fato apelidado de Brexit. Com o crescimento dos desafios enfrentados pelo bloco, cresceu o sentimento de priorização local. É interessante observar a diferença da predominância de votos nas diferentes regiões do Reino Unido. Na Escócia, Irlanda do Norte e na capital Londres a permanência foi mais votada, enquanto que no interior da Inglaterra e no País de Gales, regiões com menor recepção de imigrantes, o resultado foi favorável à saída (MACHADO, 2017).

Os defensores do Brexit afirmam que o Reino Unido perde soberania estando

submetido às regras do bloco econômico, isto além dos problemas sociais oriundos da imigração desenfreada. Por consequência, surgiram conflitos que resultaram em acontecimentos drásticos. O mais impactante ocorreu em 16 de junho de 2016, quando a parlamentar do partido trabalhista britânico Jo Cox, defensora da permanência, foi assassinada (NUNES, 2017).

A Catalunha é uma das suas 17 comunidades autônomas da Espanha, onde Barcelona é a cidade mais relevante. Situada no nordeste da Península Ibérica, a região conta com uma população de mais de 7 milhões de habitantes. As línguas oficiais são o castelhano e catalão, aspecto cultural distinto das demais áreas do país (TAVARES, 2017).

Em 2012, o presidente local, Artur Mas levou ao Parlamento regional uma proposta de referendo para a independência, mas fracassou. Em 2017, seus sucessores conseguiram convocar uma consulta popular cujo resultado foi amplamente favorável à separação. Semanas após a realização do referendo (alvo de forte repressão), o Parlamento catalão aprovou a independência. Horas depois, o primeiro ministro espanhol Mariano Rajoy destituiu o governo local e convocou novas eleições ².

Observa-se que a autonomia estatal foi afetada nos países da Europa na medida que cederam parte de sua capacidade de decisão junto à União Europeia. Tal perda de iniciativa inflama os movimentos por emancipação. Pode-se dizer que esta condição ilustra o quanto agentes externos e internos condicionam a postura governamental de países relevantes, como França, Reino Unido e Espanha.

4.3 CHINA

Em aberta concorrência ante aos ocidentais e aproveitando-se da instabilidade dos mesmos, a estratégia nacional chinesa visa a conquista da liderança mundial por meio do crescimento econômico e militar. A partir de sua entrada na OMC em 2001, que regula os rumos do capitalismo mundial, o país possui participação significativa no mercado global de *commodities* por meio de sua demanda e na oferta de manufaturas. As suas exportações provocam um crescimento interno aproximado de 9% ao ano, com o fortalecimento de empresas domésticas, ampliação do mercado interno e uma variada produção de alto teor tecnológico (RIBEIRO, 2010).

Quanto à necessidade por *commodities*, a China começou este século

² Fonte disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/presidente-catalao-diz-que-catalunha-ganhou-direito-de-ser-um-estado-premie-espanhol-afirma-que-nao-houve-referendo.ghtml>, acessado em 26 de maio de 2018.

respondendo pelo consumo mundial de cerca de 20% do alumínio e cobre, além de 45% do cimento. Isso provocado pelo tamanho da população, extensão de terras agricultáveis, expansão da indústria pesada, surto imobiliário e crescimento do mercado de automobilístico. Neste sentido, o que ocorre no continente africano em relação aos chineses ilustra os reflexos destas mudanças (CARRIÇO, 2015).

O Fórum sobre Cooperação China-África (FOCAC), mais um ator não estatal que influencia as políticas de seus integrantes, debutou em outubro de 2000 e contou com representantes de quase 80 ministros de 44 países africanos. O encontro faz parte da estratégia geral de Pequim de revisar a ordem global vigente. No final daquele ano as empresas chinesas tinham estabelecido 499 empresas no continente com um investimento total de US\$ 990 milhões (GBEDEMAH, 2017).

A impregnação dos chineses na economia africana se verificou com a crise de 2008. A África viu uma diminuição do investimento exterior, mas o fenômeno contrário quando se trata da China. Nos três anos seguintes, o investimento oriental naquele continente variou de US\$ 9 bi para US\$ 21 bi. Atualmente, há mais de 2000 empresas chinesas em mais de 50 países africanos nos setores agrícola, mineração e construção civil (GBEDEMAH, 2017).

Em paralelo nasceu a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), agente internacional não estatal, em uma conjuntura de disputa com a política externa no governo Bush (2001-2008). O escudo antimíssil dos EUA acelerou a aproximação entre Rússia e China, resultando na criação da OCX em 2001. A entrada da Índia e Paquistão na organização demonstra a crescente interdependência regional liderada por chineses (FILHO e RIBEIRO, 2016).

Por meio do *New Development Bank*, banco da OCX, a China financia a infraestrutura da Ásia Central, institucionalizando sua política oficial como “Cinturões de Prosperidade” e “Nova Rota da Seda”. Isso resulta na aceleração da abertura de corredores logísticos, como a conexão entre a região oeste chinesa e o Paquistão (porto de Gwadar) por via terrestre. Com os mesmos recursos, a Índia procura o Irã para a construção do porto de Chabahar, acessando o petróleo e gás natural abundantes da região (FILHO e RIBEIRO, 2016).

4.4 RÚSSIA

Após a crise dos anos 1990 resultante do fim da União Soviética, a economia da Rússia sustenta uma política externa pragmática para alcançar seus interesses.

Daí os conflitos de interesse com a UE e a OTAN, atores não estatais alinhados à estratégia americana (ALVES, 2012).

Esta postura reflete a declaração do Presidente russo Vladimir Putin na Conferência de Munique sobre Política de Segurança em 2007:

Putin abriu as suas observações em Munique dizendo que iria evitar delicadezas excessivas e dizer o que realmente pensa sobre os problemas de segurança internacional. Começou por uma apreciação e uma crítica à política externa dos EUA. Chamou de "perniciosa" a ideia de um mundo unipolar, não só para os outros, mas [também] para a "própria soberania". O modelo unipolar era não só "inaceitável, mas também impossível no mundo de hoje". Falou do crescente desdém pelos princípios básicos da lei internacional, e disse que "primeiro, e acima de tudo, os Estados Unidos ultrapassaram as suas fronteiras nacionais de todas as formas". Disse que isto era "extremamente perigoso". Insistiu que o uso da força só pode ser justificado se for "sancionado pela ONU", e que não se pode "substituir a ONU pela OTAN ou pela União Europeia". Advertiu especificamente contra a "militarização do espaço exterior". Lembrou a todos do discurso do então secretário-geral da OTAN, Manfred Woerner, em 17 de maio de 1990, no qual este deu à Rússia "uma firme garantia de segurança" de que a OTAN não colocaria um exército da OTAN "fora do território da Alemanha". Putin perguntou: "Onde estão estas garantias?" (WALLERSTEIN, 2007) (ALVES, 2012).

O receio dos russos pela expansão da OTAN sobre o ex-bloco soviético se deve a iniciativas como o projeto antimíssil dos norte-americanos na Europa Central (Polónia e República Tcheca), sob o argumento de proteger os seus membros contra o Irã. O Presidente russo Vladimir Putin não foi convencido por esses argumentos, comparando tal situação com a crise dos mísseis em Cuba (RIBEIRO, 2010).

Figura Nº 03 – Região da Criméia



Fonte: Disponível em <http://www.defesaaereanaval.com.br/mre-da-russia-diz-que-crimeia-nao-sera-devolvida-a-ucrania/>. Acessado em 01/10/2018.

Esse posicionamento refletiu-se na ocupação da Rússia na Criméia em 2014, anteriormente pertencente à Ucrânia. Este país, com boa parte da população de

predomínio cultural russo, foi alvo da invasão do Presidente russo Vladimir Putin sob o pretexto de proteger seus cidadãos. A queda de Yanukóvytch (pró-russo) do cargo de Presidente da Ucrânia por ter recusado a assinar um acordo com a União Europeia acelerou a medida. Ressalta-se que a posse da Criméia permite a marinha russa utilizar-se do porto de Sebastopol, viabilizando melhor desdobramento naval da sua frota ocidental (MILHAZES, 2017).

Outro importante ponto de tensão é a criação de batalhões combinados da OTAN nos países bálticos e a instalação do escudo antimísseis na Romênia e Polônia. Moscou argumenta que é uma justificativa para conter a Rússia e respondeu com medidas semelhantes em Kaliningrado, um enclave na zona em tensão (COMBAT, 2017).

4.5 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Criada em 1945, a ONU visa a supranacionalidade das nações por meio de um organismo que quebraria a hegemonia de um grupo seletivo de nações. Desde então, diversos eventos serviram para mostrar o quão longe do ideal kantiano está o cenário internacional (KANT, 2008).

As resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas impelem os Estados a tomarem medidas que estabeleçam a paz internacional. Nessa hipótese, estar-se-ia diante de decisões cujo desrespeito é suscetível à sanções (ANDRADE, 2008). No entanto, o conjunto formado em um sistema de rodízio, mas permanentemente ocupada pelos EUA, Rússia, França, China e Inglaterra, mostra sinal de falência.

Os fatos que sucederam o 11 de setembro de 2001 em Nova York são prova disso. As guerras do Afeganistão e Iraque, somados à crise financeira de 2008 e o surgimento de lideranças regionais clandestinas sinalizam a falta de legitimidade nas estruturas da governança mundial (MAGNOTTA, 2011).

Esta obsolescência foi evidente na invasão norte-americana no Iraque em 2003, que ocorreu sem o aval internacional. Com isso, a ONU continua não conseguindo evitar e regular vários conflitos desde a sua criação, mostrando que o ideal de supranacionalidade é utópico.

4.6 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS GOVERNAMENTAIS FINANCEIRAS

O fim da Segunda Guerra Mundial foi o contexto para a formação da OMC,

onde os EUA tomaram posição protagonista no estabelecimento de regras do sistema multilateral do comércio. Surgiram instituições como o Fundo Monetário Internacional já antes dos anos 1950, fruto dos acordos assinados em Bretton Woods, que lançaram os americanos à condição de maior potência capitalista. Com o final da Guerra Fria, a nova ordem mundial foi propícia ao impulso da globalização e acarretou na maior propensão ao surgimento de Organizações Internacionais Governamentais Financeiras em adição às já existentes (MAGNOTTA, 2011).

Uma delas, o G20 financeiro surgiu em 1999 a fim de melhor representar o mundo em comparação ao G-8 por meio das vinte maiores economias mundiais: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Européia (MAGNOTTA, 2011). Como resultado, as cúpulas do G20 levaram as instituições tradicionais de Bretton Woods conferir maior peso de voto aos países em desenvolvimento (FAZIO, 2016).

Em 2003, traçou-se também uma união de países com outro potencial. O G 20 agrícola é composto por África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Equador, Filipinas, Guatemala, México, Nigéria, Paquistão, Peru, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue, representando boa parcela da população rural e da produção agrícola mundiais. Isso fez surgir um grupo que interferiu nas medidas da OMC durante as negociações da Rodada de Doha. Foi levantado o combate a práticas que distorcem o comércio, viabilizando maior acesso dos seus integrantes ao mercado externo. No entanto, desentendimentos internos entre o Brasil e a Índia, dois gigantes, enfraqueceram a força do grupo (ALMEIDA e ROCHA, 2013).

A sigla BRIC faz parte do fenômeno de ascensão de países periféricos quando o banco Goldman Sachs indicou mercados emergentes de ampla perspectiva aos investimentos de capitais ociosos dos países desenvolvidos. Posteriormente Fórum de Diálogo Brasil - Rússia - Índia - China - África do Sul (BRICS), com a entrada da África do Sul, foi projetado em 2001, composto também por Brasil, Rússia, Índia e China. Poderia representar um grupo político-econômico que mostra a variação no poder econômico global, pois foi o financiador do ciclo capitalista da última década. Isto significou maior possibilidade de negociar por parte desses países subdesenvolvidos. Conseguiram maior inserção de seus membros no Sistema Internacional por meio da reforma do Banco Mundial e do Fundo Monetário

Internacional, ressaltaram a importância do multilateralismo comercial a ser buscado pela Organização Mundial do Comércio e destacaram o G20 como fundamental no combate a crises (FILHO, 2015).

Assim, observa-se que corporações não estatais financeiras ampliaram suas capacidades. Mesmo nos países desenvolvidos, a interdependência por conta da globalização e da informatização do mercado provocou o aumento da flexibilização de suas políticas econômicas. Isto faz com que haja limites nas medidas políticas em todos os grupos de países, mesmo os que ocupam a liderança do Sistema Internacional.

5 ATORES NÃO ESTATAIS NO BRASIL

No Brasil ocorre o mesmo fenômeno que no cenário externo, pois os efeitos da globalização no que cerne às capacidades de entes estatais e não estatais reconstituem as políticas públicas. Este fator provoca a redefinição das relações domésticas e internacionais.

5.1 ONG

A partir dos anos 90, houve o crescimento das redes sociais temáticas: gênero, faixas etárias, questões ecológicas, socioambientais, étnicas, raciais e religiosas (BEZERRA, 2016). Caracterizam-se por possuírem uma identidade coletiva e desde que respondam a critérios de licitude, recebem verba pública a fim de auxiliar a atuação do governo brasileiro nas diferentes esferas (FILHO, 2015).

Como exemplo, a causa ambiental tem influenciado a implementação de ações públicas com as ONG ocupando o centro do processo. Soma-se a isto a atuação das redes sociais ao exercerem um papel inovador, pois detém capacidade de exercer pressão por meio de denúncias, captar recursos, mobilizar setores da mídia e disseminar informações. Assim, se convertem em atores relevantes que influenciam governos, organismos internacionais, agências bilaterais e multilaterais (JACOBI, 2000).

As ONG têm suporte jurídico para a sua efetiva participação na política ambiental por meio da Constituição Federal, art. 225 e nos dispositivos da Lei 6.938 de 31/08/81, que estipulou a Política Nacional do Meio Ambiente ao garantirem que é dever da coletividade a preservação dos ecossistemas. Um instrumento para políticas de conservação é reconhecido pelos órgãos ambientais brasileiros: a delimitação de áreas prioritárias para conservação. Publicada em 27 de maio de 2004, a Portaria n. 126 do Ministério do Meio Ambiente oficializou o reconhecimento das mesmas. É associada ao Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio I e II) com participação ampla de ONG e lideranças sociais (TRAJANO, 2010).

A defesa da Mata Atlântica é um dos temas com significativa mobilização. Criada durante a Eco-92, a Rede de ONG da Mata Atlântica coordena mais de 140 organizações diretamente envolvidas com o assunto. Outro exemplo, somente variando a região geográfica, é o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Fundado

também em 1992, reúne mais de 600 movimentos sociais (pescadores artesanais, ribeirinhos, comunidades indígenas, pequenos agricultores, etc). O GTA recebe contribuição do *Greenpeace*, Amigos da Terra, *The Rainforest Foundation*, *The Rainforest Network*, *Rainforest Alliance*, entre outras, que atuam politicamente junto a instituições multilaterais. Nos últimos anos, várias destas organizações estabeleceram escritórios no Brasil, trabalhando nas articulações internacionais em torno de agendas comuns (JACOBI, 2000).

Outro assunto de destaque entre as ONG é a causa indígena. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol é o maior exemplo disso. Após a assinatura de um decreto presidencial em 2005 e um longo período de influência das ONG como o Conselho do Povo Indígena Ingaricó e a Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima, o Supremo Tribunal Federal aprovou a retirada dos não índios da área. Segundo o censo realizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 habitavam a área cerca de 14.600 índios e 3.000 não índios. (BRAGA e SILVA, 2011).

Após a desintrusão, como ficou conhecida a retirada dos não-índios, a Terra Indígena Raposa serra do Sol foi entregue às lideranças locais. A justificativa pregada para a causa é a preservação cultural, a possibilidade irrestrita ao extrativismo, acesso à saúde e educação oferecida pelo Estado e o desenvolvimento sustentável daqueles povos (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2000). O que causou indignação por parte dos contrários à decisão, particularmente os arroteiros, se deve ao fato de que ao longo da história, os indígenas se integraram à sociedade. Desde o início houve reciprocidade com os recém chegados em território indígena: em troca do consentimento da ocupação dos campos adjacentes às aldeias, os posseiros lhes ofereciam bens industrializados (tecidos, ferramentas, utensílios de pesca, aguardente, sal e açúcar). Houve também o recrutamento de crianças indígenas para lidar com o gado. Além disso, existem muitos índios que não falam a própria língua, não sabem caçar e estão totalmente dependentes da economia regional. Prova disto é que ainda persiste o envolvimento dos mesmos em atividades ilegais como o garimpo, tráfico de drogas e de madeira (BRAGA e SILVA, 2011).

Em uma outra esfera temática, a ONG Viva Rio surgiu em 1993 por iniciativa de vários representantes da população devido à violência no Rio de Janeiro. Desde então conduziu atividades voltadas à saúde, educação, artes e esportes que se tornaram políticas públicas ou práticas adotadas por empresas. Cita-se o

envolvimento do Viva Rio no Programa Jovem Aprendiz e no Programa de Saúde da Família em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Neste, mais de 1 milhão de pessoas são atendidas em 75 clínicas. A ONG coordena a seleção de profissionais, fornecimento de materiais, manutenção de equipamentos, reformas estruturais, informatização, transporte sanitário, educação permanente e apoio técnico às unidades básicas de saúde ³.

5.2 MOVIMENTOS SOCIAIS

Enquanto as ONG são associações do terceiro setor sem fins lucrativos que representam a sociedade em determinados problemas comunitários, os movimentos sociais são ações coletivas de parte da população que expressam suas demandas por meio de marchas, concentrações, passeatas, etc. Atuam por meio de redes e utilizam meios de comunicações como a Internet (GOHN, 2004).

Supostamente se caracterizam pelo seu desinteresse em tomar o poder do Estado, mas apenas visam a promoção de mudanças dentro da sociedade por meio da defesa ou contestação de leis ou políticas públicas. Importante considerar que há uma multiplicidade de atores e organizações, identificados não tanto pela sua temática (meio ambiente, juventude, feminismo, etc.), mas sim pela sua luta comum por criar um espaço de liberdade comunicativa (ABERS e BÜLOW, 2011).

Um conceito fortemente defendido na sociologia é de que a sociedade civil, à medida que é exitosa, opera fora das esferas de influência do Estado e do mercado. Afirma que mecanismos de influência entre esfera pública e Estado devem existir, mas sem ameaçar a autonomia da esfera pública, mesmo reconhecendo a dificuldade disto ocorrer (ABERS e BÜLOW, 2011). Como Habermas colocou a questão:

O (...) núcleo central [da sociedade civil] é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas. (Habermas, 2003).

As questões que têm provocado maior mobilização nos últimos anos contemplam a formulação de políticas públicas, o aprimoramento da legislação e a ampliação de recursos financeiros. Estas experiências também incluem a interação com grupos estrangeiros. Observam-se iniciativas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

³ Fonte disponível em <http://www.vivario.org.br/saude-em-rede/>, acessado em 3 de julho de 2018.

(MTST) e o Movimento Negro, que provocou a política de cotas nas universidades (BEZERRA, 2016).

O MST surgiu em 1984, na cidade de Cascavel e promoveu ocupações de terra nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul na primeira metade da década de 80. O MST conquistou um espaço importante ao conseguir se organizar, ter força política e desafiar os poderes constituídos. Uma análise do relacionamento entre o MST, o governo, a imprensa, a Igreja e a opinião pública, revela que o movimento cresceu a partir da presidência de Fernando Henrique Cardoso (COMPARATO, 2001).

Para se ter uma idéia da força política conquistada pelo MST, em 1999 as informações sobre o mesmo (áreas ocupadas, acampamentos, escolas de formação de militantes, etc), passaram a ser sistematicamente compiladas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Dois acontecimentos importantes obrigaram o governo a dedicar maior atenção ao MST: o confronto em Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, e a Marcha a Brasília (COMPARATO, 2001).

Um dia depois do evento em Carajás, o ministro da Agricultura José Eduardo Andrade Vieira foi destituído. Logo em seguida, o Ministério da Agricultura foi desmembrado, com a recriação do Ministério da Reforma Agrária. De 1995 até o final de 2000, foram realizados cinco encontros importantes entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o MST.

As reivindicações apresentadas pelo MST durante esses encontros podem ser resumidas em dois itens: o assentamento das famílias acampadas e a possibilidade de produção. Na atualidade, o MST permanece como força política ao compor parte importante da base de apoio dos alguns partidos políticos, elegendo personagens como Valmir Assunção (PT-BA), Dionilso Marcon (PT-RS) e João Daniel (PT-SE).

5.3 ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Durante muito tempo, o continente latino-americano tem sido considerado como um dos mais pacíficos do planeta. Contudo, a região também apresenta significativos desafios de segurança originados pelos denominados atores não-estatais violentos. Observe-se, por exemplo, o impacto dos cartéis de narcotraficantes no México. No Brasil, especialmente nas favelas de grandes

idades, estão presentes milícias e facções criminosas que agem internacionalmente (ÁVILA, 2014).

O crime organizado concorre com setor econômico formal, interfere na segurança pública e atua em locais onde o Estado está menos presente, substituindo-o de maneira distorcida. As novas tecnologias implicam em maior facilidade para auxiliar os criminosos e deixar a prática cada vez mais estruturada (RIBEIRO, 2010).

O crime organizado no Brasil tem o tráfico de drogas como atividade principal. Por ser ilegal, obriga a existência de uma segurança armada, o que leva ao tráfico de armas, aumentando a demanda por outras fontes de renda (roubo de veículos e cargas por exemplo), além de provocar a lavagem de dinheiro. O terreno mais fértil para que este cenário prosperasse foi nas favelas, onde abandono do Estado é mais latente (RIBEIRO, 2010).

A cidade do Rio de Janeiro tem mais de 700 favelas. O tráfico de drogas está presente em quase todas (Rocinha, Maré, Alemão, Borel, Mangueira, Manguinhos, Jacarezinho, Turano, Acari, Vigário Geral, Providência, etc), o que representaria grande parte da população em áreas sob controle do tráfico. Destacam-se o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) (HARTMANN, 2011).

O Brasil faz parte da rota internacional da cocaína que sai da Bolívia, Peru e Colômbia com destino à Europa e aos Estados Unidos pela Amazônia em direção aos portos de Santos e do Rio de Janeiro. A partir dos anos 1990, a rota que liga o Paraguai a São Paulo e Rio de Janeiro passou também a ser usada para o tráfico de armas (fuzis AK-47, AR-15, etc.) para abastecer as facções criminosas (MISSE, 2010).

Em paralelo, ocorre o fenômeno das milícias também no Rio de Janeiro, bandos armados que controlam territórios se aproveitando da ausência estatal, coagindo a população destas localidades a consumirem seus serviços e mercadorias ilegais (distribuição de gás, internet, televisão a cabo e transporte público alternativo). O envolvimento de políticos apoiando estas quadrilhas levou como consequência a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito a fim de apurarem as ilegalidades. As milícias continuam a existir em várias partes do Rio de Janeiro e seu modelo também vem sendo adotado em cidades de outros estados brasileiros (MISSE, 2010).

Por esse quadro, a partir dos anos 90, gradualmente as Forças Armadas vêm sendo empregadas em ações de policiamento ostensivo no Rio de Janeiro e em operações fronteiriças a fim de combater a entrada de drogas e armamentos. O ano de 2018 é ápice das evidências do quanto organizações criminosas como atores não estatais afetam o governo em diferentes esferas. O Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018 formalizou a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, nomeando para o cargo de Interventor o General de Exército Walter Souza Braga Netto. Além disso, o decreto 9.360 de 7 de maio de 2018, assinado pelo presidente Michel Temer, reestruturou o Ministério da Justiça a fim de criar o Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Figura Nº 04 – Exército Brasileiro no Complexo da Maré



Fonte: Disponível em <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/fotos/exercito-deflagra-operacao-no-complexo-da-mare-13122017>. Acessado em 01/10/2018.

5.4 IMPRENSA

No Brasil, o poder da mídia assume proporções significativas. Nas últimas décadas, consolidou-se um sistema liderado pela televisão em boa parte controlado por grupos familiares, o que facilita a possível vinculação às elites políticas. Ademais, esse sistema sofre uma forte concentração: só a Rede Globo de Televisão tem participação societária em cerca de 30 emissoras. Por isso, a independência da mídia no Brasil é muito relativa ao existir uma relação de interdependência com o Estado. Este é o maior anunciante brasileiro, além de permitir vários benefícios desde o ressarcimento fiscal do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral até a isenção tributária para a compra de equipamentos (LIMA, 2004).

As características da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político. Em 2016, uma análise da educação publicada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, mostrou que no Brasil, cerca de 12,9 milhões de estudantes com 15 anos de idade, de um total de 15,1 milhões, não têm capacidade leitora elementar. Por simpatia, vale dizer que aproximadamente apenas 1 em cada 5 brasileiros consegue entender informações elaboradas. Segundo o governo federal, no mesmo ano, apenas 19,2% dos mais de 146 milhões de eleitores concluíram o ensino médio. Pelo IBGE, menos de 3% dos lares brasileiros não tem aparelho de televisão. Assim, nota-se que cerca de 80% dos votantes é composto por brasileiros sem condições de análise crítica e que convive com as imagens da televisão para informação (LIMA, 2004).

No tocante à mídia impressa, "A eleição das reformas" e "Por que o Brasil desconfia dos políticos?" foram títulos de capa das revistas *Época* e *Veja* em edições imediatamente anteriores às eleições de 1998, constituindo um bom exemplo para discutir o papel político da mídia no Brasil. Em outro exemplo, a menos de 72 horas das eleições de 2014, a revista *Veja* publicou na capa a delação de Alberto Youssef contra os ex-presidentes Dilma Roussef e Luís Inácio Lula da Silva a respeito do esquema de corrupção da Petrobras no caso da Operação Lava Jato (PINHEIRO, 2017).

No processo de impeachment da ex-presidente Dilma Roussef ficou notório o papel da mídia. Em 15 de março de 2015, quase 2 milhões de pessoas a favor da deposição foram às ruas em 185 cidades de todo o país (dados da Polícia Militar). A imprensa (emissoras de TV e rádio) participou ativamente, divulgando expectativas de público e locais para as concentrações de acordo com as redes sociais. No evento, as grandes emissoras de televisão abertas e sites de notícias fizeram inserções ao vivo. No dia seguinte, o jornal *Estado de São Paulo* estampou a manchete: "Protesto contra Dilma é maior manifestação desde 'Diretas-Já'". A fórmula se repetiu nos quatro eventos ao longo de 2015 (OLIVEIRA, 2016).

Por outro lado, na edição do dia 14 de março, o mesmo jornal se dedicou ao protesto favorecendo a ex-presidente Dilma Roussef: "Manifestações contra impeachment de Dilma reúnem milhares em 23 Estados". A *Folha de São Paulo* também dedicou espaço à cobertura a favor da ex-presidente: "Atos defendem Dilma, mas criticam governo – Protesto de grupos de esquerda reuniu 41 mil pessoas em SP, diz Data Folha", "Atos rejeitam impeachment, mas criticam governo

Dilma”, “Grupos chamam opositores de 'golpistas’” e “Aécio chama população para marcha anti-Dilma – participar pode parecer revanchismo, diz Richa” (OLIVEIRA, 2016).

Todo este cenário corrobora com a tese de que no Brasil é intenso o exercício político da mídia, como a construção da agenda pública, fiscalizar as ações de governo e canalizar as demandas da população. Além disso, atribui-se à preferência do jornalismo pela cobertura de candidatos, não de partidos. Consequentemente ocorre a personalização da política e a não institucionalização de propostas. Dessa forma, o espaço de atuação partidária diminui paulatinamente (LIMA, 2004).

5.5 OIG

A globalização fez com que as questões geopolíticas fossem gradativamente sendo compartilhadas entre os membros da estrutura governamental. No entender da diplomacia brasileira, o mundo tenderia para um sistema multipolar de poder, com espaços de ação para potências médias. Assim, o Brasil deveria engajar-se em uma política ativa de reformulação das polaridades (BRIGAGÃO, 2012).

O papel dos governos como resultado das frustradas experiências neoliberais na década de noventa, principalmente em países em desenvolvimento, trouxe à tona a importância da atuação das empresas no processo de internacionalização. Ao mesmo tempo, a política externa brasileira preza pela multilateralidade internacional. Pode-se citar como exemplo desta atuação na área da propriedade intelectual, onde o Brasil já entrou em disputas para favorecer países com pouca produção farmacêutica (BRIGAGÃO, 2012).

Isto é um sintoma do que se pôde observar nos últimos anos: a internacionalização da economia; a formação de coalizões com outros emergentes (União de Nações Sul-americanas - UNASUL, Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul – IBAS e a formação do BRICS); e a ação externa brasileira em relação à segurança internacional (participação de operações de paz e de ações humanitárias) no cumprimento de mandato da ONU com amplitude compatível com a geopolítica do País (BRASIL, 2012).

Apesar da posição brasileira ser de multilateralismo, frente aos órgãos regionais, mesmo no MERCOSUL, o país não abdica de sua autonomia. A disposição brasileira quanto ao fortalecimento institucional do bloco é menor que o desejo de expansão para outros países. O sentimento de que haverá perda da

soberania e da autonomia brasileira, na medida em que houver um aprofundamento maior da integração no bloco, continua norteando a ação estatal (LUCENA, 2017).

6 CONCLUSÃO

Chega-se ao entendimento de que o Sistema Internacional é um ambiente complexo, pois ocorrem as mais variadas formas de conexão. O ente com a maior capacidade de influência neste cenário é o Estado Moderno, que une povo, território e governo. Até meados do século XX concentrou praticamente toda a possibilidade de ação.

A partir de então, outros agentes passaram a disputar o exercício do poder, mesmo que de forma indireta. Tais são os atores não estatais, que se apresentam de diversas formas: organismos que pretendem regular uma coletividade de nações, empresas transnacionais ou mesmo organizações clandestinas.

Para explicar a maneira como entes estatais e não estatais podem se relacionar, utilizam-se teorias como o Idealismo e o Realismo. A primeira prega uma sociedade internacional regulada pela moral, onde prevalece a cooperação espontânea entre as nações por meio de órgãos supranacionais. A segunda teoria não crê no arranjo pretendido pelo Idealismo, devendo os Estados buscarem seus interesses e unirem-se quando for conveniente.

Outras teorias, como a da Incerteza, vislumbraram um cenário de instabilidade generalizado onde há dificuldade do Estado em controlar a ascensão dos atores não estatais. Como exemplo, nos EUA, o combate ao terrorismo, materializado pela Doutrina Bush, provocou altos gastos militares (610 bilhões de dólares em 2017, segundo o Departamento de Defesa americano).

As facções criminosas são outro tipo de ator cuja relevância desafia o poder do Estado. O emprego das Forças Armadas no combate ao narcotráfico no México, Brasil, Colômbia e Peru são prova disto.

Sob o viés financeiro, a dependência do Estado ante os atores não estatais explica a intervenção pública em favor de corporações privadas por ocasião da crise de 2008. Para amenizar a situação caótica, o governo dos EUA comprou as agências imobiliárias Freddie Mac e Fannie Mae. Ao mesmo tempo, a Alemanha, Áustria, França, Países Baixos e Itália anunciaram pacotes de mais de 1 trilhão de euros em socorro ao seus sistemas financeiros.

Interessante notar que a capacidade de atuação de todos os sujeitos, públicos ou privados, é potencializada ou limitada pela celeridade das informações que advém do desenvolvimento tecnológico. Explica-se assim a importância que a opinião pública alcançou nas últimas décadas.

Outro aspecto da modernidade é de que atualmente os governos de alguma forma são influenciados por instituições internacionais. Nesse contexto de interdependência e redistribuição de poder, verifica-se a organização por interesses comuns ao invés dos laços territoriais. Por isso, as relações do Sistema Internacional contemporâneo com maior relevância envolvem os Estados, empresas multinacionais e OIG comerciais.

As OIG comerciais são instrumentos que permitem aos países desenvolvidos manterem seu patamar financeiro e ao mesmo tempo contribuem ao enriquecimento de emergentes e periféricos, na medida que facilitam a diversificação de investimentos estrangeiros. Os Estados Unidos, integrante do Sistema Internacional que mais influencia nas relações internacionais e na liberdade de ação dos demais, emprega de forma clara essa estratégia. O Brasil também se utiliza deste recurso, como visto no âmbito da OMC, MERCOSUL, BRICS e G20.

Outro integrante do Sistema Internacional com grande influência é a UE. O desenvolvimento europeu é evidenciado com a união monetária, na Política Externa de Segurança Comum e em suas instituições (Comissão Europeia, Conselho da União Europeia, Conselho Europeu, Tribunal de Justiça da União Europeia, Banco Central Europeu, Parlamento Europeu, etc). Tamanha coesão facilita a projeção do continente no mundo, demonstrada pelas ações militares no Iraque, Afeganistão e Síria, além do potencial econômico daquele mercado comum diante de periferias.

Apesar disso, a UE enfrenta desafios por conta da imigração ilegal, facilitada pela proximidade da Europa com o Oriente Médio e África. Como consequência, os defensores do nacionalismo exploram os problemas sociais e atentados terroristas, vinculando-os aos movimentos populacionais.

Complementando, o fechamento de fronteiras em países como a Áustria, bem como o Brexit, refletem o sentimento regionalista. Essa tendência já produziu manifestações de atores não estatais violentos, como o *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA), do País Basco e o Exército Republicano Irlandês (IRA), da Irlanda do Norte.

Ainda neste assunto, o terrorismo motivado pelas diferenças culturais e religiosas, em especial àqueles perpetrados em solo europeu, é o instrumento de grupos como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico. O intento deste tipo de organização é a instalação de um governo fundamentalista religioso à revelia do reconhecimento internacional e necessariamente contrário à sociedade ocidental.

A China também possui grande influência nas relações internacionais e na

liberdade de ação dos demais países, fruto de suas potencialidades como produtora e consumidora de bens. É o país que mais ameaça os EUA na sua hegemonia. Para sua ascensão, utiliza-se de várias estratégias, dentre elas o fortalecimento da OCX (que incluiu o NDB – banco chinês que financia os projetos da organização) e da APEC. Desta forma, os chineses fortalecem seus vínculos com os Estados que estão em seu entorno para depois expandirem sua área de influência.

No que corresponde aos russos, na esfera internacional há um grande desafio que é fazer frente à OTAN. Este ator não estatal representa uma ameaça aos projetos expansionistas do Presidente Vladimir Putin, atestado pela instalação de bases militares no leste europeu e exercícios militares nas proximidades russas. Não por acaso há um esforço de Moscou no sentido de marcar sua presença nos mares Ártico, Báltico e Negro.

Citadas as principais potências mundiais e o seu relacionamento com atores não estatais, observa-se que nada mais adequado que ilustrar a atualidade com a guerra na Síria. Praticamente todos os tipos de agentes do Sistema Internacional estão envolvidos neste conflito. Há o Estado Islâmico pretendendo um governo fundamentalista por meio da derrubada do Presidente sírio Bashar al-Assad. Na defesa deste surge a Rússia, ao mesmo tempo que a OTAN defende sua saída para a estabilização local. Em meio a tantos problemas, ainda há a temática do curdistão e os interesses econômicos das grandes corporações de energia e material militar.

Já no Brasil, para caracterizar a influência dos agentes não estatais que desafiam a liberdade de ação governamental, cita-se a problemática das facções criminosas. A maior prova do quanto o Estado tem seu poder desafiado se mostra pela ineficácia da segurança pública ante o narcotráfico.

Interessante notar que o crime organizado adota estruturas sofisticadas, como nos setores público e privado. Por isso contém estrutura de governo, componentes armados, estratégias expansionistas e lógica de mercado.

Para o bom entendimento deste mecanismo, pode ser citado o Comando Vermelho. Este é uma das grandes organizações criminosas brasileiras, surgida em 1979 na prisão Cândido Mendes, em Ilha Grande (Estado do Rio de Janeiro).

A facção cresceu dentro do presídio com verba oriunda de atividades criminosas daqueles que estavam em liberdade. Na década de 1980, os foragidos colocaram em prática os ensinamentos adquiridos com terroristas, também presos no mesmo local. Assim, houve a prática de numerosos assaltos e sequestros. O

dinheiro serviu para custear tentativas de fuga e melhorar as condições dos presidiários. Com o tempo, o comércio ilegal de drogas passou a ser uma oportunidade de aumentar os lucros.

O Comando Vermelho se concentra no Rio de Janeiro, mas espalhou células em ao menos 10 outras unidades da federação. Com isso, na década de 1990, influenciou a criação do Primeiro Comando da Capital no Estado de São Paulo. Hoje, as duas organizações criminosas disputam a venda de drogas nas fronteiras do Brasil com Bolívia, Paraguai e Colômbia (HARTMANN, 2018).

Outra facção, o Terceiro Comando, surgiu como concorrente do Comando Vermelho em meados da década de 1990. Passou a deter pontos de venda nas zonas Norte e Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, aliou-se à uma outra organização, Amigos dos Amigos, o que aumentou consideravelmente sua projeção.

No início dos anos 2000, surgiu uma dissidência, o Terceiro Comando Puro. Tal se explica pela revolta no complexo prisional de Gericinó, ação de Fernandinho Beira-Mar, do Comando Vermelho. Na oportunidade foram mortos líderes do Terceiro Comando, como Ernaldo Pinto Medeiros, o Uê. Um dos expoentes da facção Amigos dos Amigos, Celsinho da Vila Vintém, foi acusado de traidor. Assim apareceu o Terceiro Comando Puro, que hoje controla o complexo da Maré e áreas como Acari, Complexo da Serrinha, Vigário Geral, Muquiço, Dendê, Vila Aliança, Fumacê, Senador Camará e Parada de Lucas (ÁVILA, 2018).

A organização criminosa Amigos dos Amigos também nasceu para diminuir a influência do Comando Vermelho. Em 2004 a facção controlava a Rocinha, maior favela do Rio.

Para se entender como é dinâmica a sucessão de lideranças, após a prisão de Nem, a despeito da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora na Rocinha, surgiu outro personagem: Rogério Avelino da Silva, o Rogério 157. Disputas pessoais entre Nem, mesmo estando preso, e Rogério 157, provocaram uma guerra naquela comunidade. Hoje a mesma está sob controle do Comando Vermelho (ÁVILA, 2018).

Em um país com ampla extensão territorial, limítrofe com os maiores produtores mundiais de cocaína e maconha, importante elemento da rota internacional do tráfico de entropécentos, com dificuldades no aparelhamento das polícias e que possui parcela considerável da população em condições atrasadas, é imperativo o amplo investimento do Estado na solução deste problema. Do contrário,

a sociedade será exponencialmente penalizada pela insegurança das grandes cidades e dos efeitos econômicos advindos deste problema.

Observa-se que as medidas implementadas pelos governos até agora não foram suficientes para reduzir este problema. Analisar o quadro de países como a Colômbia e México, que possuem desafios semelhantes, certamente é uma das maneiras de vislumbrar uma resposta para este problema.

Quanto às Organizações Não Governamentais, no ambiente brasileiro são mantidas pelo setor privado e público, visando unir ciência, Estado, mercado e sociedade. É crescente a busca da população pobre pelas atividades oferecidas por ONG, como ocorre na cidade do Rio de Janeiro pela Viva Rio. Estas iniciativas propõem uma nova forma de organização social. No entanto, o volume de recursos financeiros destinados a muitas destas organizações inspiram controle.

As ONG possuem papel preponderante em diversas temáticas devido ao apelo midiático. Na proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas alcançam protagonismo na formulação de políticas. Nas grandes cidades buscam cumprir papel social e acabam por se tornar limitadoras do Estado. Tudo isto com o envolvimento de iniciativas internacionais. Assim, é imperioso ao poder público considerar a relevância destas organizações.

Outro grupo não estatal que interfere na ação governamental no Brasil são os movimentos sociais. Nos últimos anos se destacou o MST, que protagonizou invasões a grandes propriedades rurais visando a realização da Reforma Agrária. Embora o auge do movimento tenha ocorrido dos anos 1990 até meados dos anos 2000, seus reflexos observam-se até a atualidade, pois ao longo destes anos o envolvimento do MST na política conferiu força aos partidos políticos de esquerda.

Há que se considerar também a opinião pública como fator preponderante no cenário político doméstico e internacional. Desde a Guerra do Vietnã, o primeiro conflito de grande proporções televisionado ao vivo, até os dias de hoje, o Estado tem sido afetado pela capacidade da imprensa neste tema. No Brasil isso não é diferente, demonstrado pelos noticiários voltados aos principais eventos contemporâneos, como as manifestações de 2013, a Operação Lava Jato, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (tendo a sociedade como ampla impulsora do processo) e a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Ficou provado que a televisão possui grande poder de persuasão no país e que há grande concentração das empresas de comunicação, as mais poderosas de

propriedade familiar. Esta característica, associada às más condições de instrução da população, cria um campo fértil ao discurso demagogo da classe política.

Infere-se que a sociedade contemporânea atua em rede, concretizados pelos movimentos de informação, poder e recursos compartilhados. Isso reflete um mundo globalizado, onde aumenta a participação de atores na tomada de decisão no âmbito doméstico e externo, em especial nos Estados democráticos. No Brasil, a atuação crescente em fóruns e organizações internacionais corroboram essa direção.

Ao analisar o Sistema Internacional e de que maneira este influencia a ação governamental, pode ser observado que o processo de globalização transformou o espaço geográfico no Brasil e no mundo. Surgiram novas configurações que diminuíram o poder do Estado em questões sociais, cidadania, soberania, hegemonia e economia. Nas sociedades em desenvolvimento, como a brasileira, há inúmeras demandas (saúde, educação, emprego, etc), potencializando a ação dos atores não estatais.

Nota-se que os mecanismos de proteção à transparência são fundamentais ao progresso. Esta condição pode unir a liberdade de ação que o Estado ainda possui com a pressão exercida pela sociedade diante da política doméstica e externa.

Conclui-se também que Estados com maior poder (militar, político e econômico), preservam melhor sua capacidade de coerção diante de outros países no sistema global na defesa de seus interesses, tornando imperioso que os demais trabalhem no sentido de também se fortalecerem.

REFERÊNCIAS

a) Trabalhos escritos e obras literárias

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa von. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. p. 52-84.

AGUIAR, Laís Bretones de. **A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI.** Brasília: Universidade de Brasília, 2014. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8288/1/2014_LaisBretonesdeAguiar.pdf>. Acesso em 10 de março de 2018.

AGUIRRE, Mariano. **A política externa dos Estados Unidos depois de Obama.** Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria.** Petrópolis: Vozes, 2005.

ALFAIA, José Roberto Gioia. **O impacto da atuação das Organizações Não Governamentais Transnacionais na elaboração de políticas públicas do Estado brasileiro na Região Amazônica.** Brasília: UnB, 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Wilson de Jesus Beserra de; ROCHA, Mayra Oliveira Cavalcante. **A ordem internacional do século XXI e o novo papel dos países emergentes.** Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2013. Disponível em <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RIUCB/article/download/4283/2625>>. Acesso em 11 de março de 2018.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **O Renascimento de uma potência?: a Rússia no século XXI.** Brasília: Ipea, 2012.

AMARAL, Inês. **“Primavera Árabe”:** o mito das revoluções Twitter e Facebook. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

AMARAL, Renata Vargas. **A desconstrução da soberania dos Estados e o surgimento de novos atores no Direito Internacional.** Curitiba: Revista Ius

Gentium, 2008.

AMORIM, Celso. **Defesa**. Recife: Revista Política Hoje, Vol. 33 21, n. 2, 2012.

_____. **Panorama Estratégico Global**. Rio de Janeiro: Contexto Internacional - vol. 33, n. 2, 2011.

ANDRADE, Isabela Piacentini de. **Conselho de Segurança da ONU: Legislador Internacional?** Curitiba: Revista Lus Gentium, 2008.

ANGARITA, Antonio. **Estado e empresa: uma relação imbricada**. São Paulo: Direito GV, 2013.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. **Atores não-estatais violentos e a segurança internacional na América Latina: conjuntura e cenários prospectivos**. Brasília: Boletim Meridiano 47, vol. 15, n. 145, 2014. P. 11 - 17. Disponível em < periodicos.unb.br/index.php/MED/article/download/12472/8691 >. Acesso em: 12 de março de 2018.

BEDIN, Gilmar Antonio. **A sociedade Internacional e o fenômeno da globalização: algumas considerações sobre o surgimento, a conformação e o declínio do mundo de Vestfália**. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

BEZERRA, Marcelo. **A polaridade mundial e a visão do Brasil**. Moscou: Instituto da América Latina da Academia de Ciências da Rússia, 2016. Disponível em < www.iberamericajournal.ru/sites/default/files/2016/2/bezerra.pdf >. Acesso em: 12 de março de 2018.

BIZAWU, Sébastien Kiwonghi e RODRIGUES, Marcos Vinicius. **A crise da globalização: um estudo sobre os efeitos do *Brexit* e da política do governo Trump e os desafios para as metas do acordo de Paris**. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara, 2017.

BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República**. São Paulo: Ícone, 2011.

BRAGA, Yarraha da Costa e SILVA, Luis Cláudio de Jesus. **Terra Indígena Raposa Serra do Sol: as estratégias das ONGS indígenas no setentrão brasileiro**. Boa Vista: Revista de administração de Roraima, 2011.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Diplomacia brasileira para a paz**. Brasília: FUNAG, 2012.

BRUNDIDGE, Jennifer e RICE, Ronald (2009). ***Political engagement online: do the information rich get richer and the like-minded more similar?*** Nova Iorque: *Routledge Handbook of Internet Politics*, 2009.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CÁDIMA, Francisco Rui. **Internet e censura do Estado**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

CANABARRO, Diego Rafael. **A Governança da Internet**: atores, aspectos institucionais e questões políticas em confronto. Gramado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CARNEIRO, Henrique. **Guerra dos Trinta Anos**. São Paulo: Contexto, 2007.

CARRIÇO, Alexandre. **Harmonizando o Poder**: Imagem, Diplomacia Pública e Diplomacia Militar da China. Lisboa: Letras Itinerantes, 2015.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

COGBURN, Derrick. ***Enabling effective multi-stakeholder participation in global Internet governance through accessible cyber-infrastructure***. Nova Iorque: *Routledge Routledge Handbook of Internet Politics*, 2009.

COMBAT, Flavio Alves. ***In Trump we trust?*** A relevância do debate historiográfico pós-revisionista para a compreensão das transformações na política externa dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: São Paulo em perspectiva, 2001.

COSTA, Cátia Miriam. **Think Tanks num mundo globalizado**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos, qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Magda França Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2010.

CRUZ, Saulo Fontes da. **O Terceiro Setor e as organizações não governamentais**. Brasília: Conteúdo Jurídico, 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.52049&seo=1>>. Acesso em: 16 de março de 2018.

ELÍBIO, Antônio Manoel. **Introdução às relações internacionais**. Palhoça: Unisul Virtual, 2006.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Opinião pública e política externa**: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 2008. p. 80-97.

FAZIO, Marcia Cristina Puydinger de. **Relações internacionais contemporâneas e atores não estatais**: o protagonismo de resistência do movimento de justiça global. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168274>>. Acesso em: 12 de março de 2018.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **ONG no Brasil**: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3266>. Acesso em: 15 de março de 2018.

FILHO, Osvaldo Alves Pereira e RIBEIRO, Erik Herejk. **Entre a competição estratégica e a cooperação**: as relações entre China e Índia no Indopacífico. Florianópolis: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa Forças Armadas e Sociedade Civil: Atores e Agendas da Defesa Nacional no Século XXI, 2016.

FILHO, Nelson Rubens Coutinho; FRANÇA, Artur Rodrigues Soares de; PONTES, Bárbara Maia Lima Madeira. **O BRICS numa perspectiva multipolar**: um estudo preliminar. Natal: UFRN, 2015. Disponível em <<https://seminario2015.ccsa.ufrn.br/assets/upload/papers/0e34de469f3048185ea033d9cb695f8b.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2018.

GBEDEMAH, Stephen Edem. **China na África**: evolução de uma cooperação de

ganhos mútuos assimétricos. Brasília: Universidade de Brasília, 2017

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Salvador: Caderno CRH, v. 21, n. 54, 2008.

_____. **Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONG nômades**. Bogotá: Universidad Central, 2004.

GOLDONI, Luiz Rogério e NETO, Manuel Domingos. **Perspectivas da cooperação militar entre os BRICS**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2017.

GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**. Manaus, 2012. Disponível em <www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia, Entre Facticidade e Validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABKA, Bruna Duarte. **O caso do algodão na OMC**. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

HARTMANN, Julio Cesar Facina. **Crime organizado no Brasil**. Assis: Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, 2011. Disponível em <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0611230215.pdf>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOWLETT, Michael. **A Dialética da Opinião Pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas**. Campinas: Revista Opinião Pública, Vol.VI, nº2, 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil, 1996/2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

ITO, Leticia Elena e SECCHI, Leonardo. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente e redes sociais:** dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, Nov/Dez, 2000.

KANT, Immanuel. Idealismo e a Carta da ONU. Curitiba: Juruá, 2008.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial.** Tradução Cláudio Figueiredo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LESSA, Antônio Carlos. **Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil:** o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

LIMA, Venício de. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil.** São Paulo: Revista USP, n.61, 2004.

LOPES, Carlos Manuel Figueiredo. **O terrorismo transnacional e as novas guerras:** impactos para as forças armadas portuguesas. Pedrouços: Instituto Universitário Militar, 2017.

LUCENA, Gleydson Gonzaga de. **A geopolítica da guerra civil síria e suas implicações para o Brasil.** Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

MACHADO, Hugo Gabriel de Souza Leão. **O processo de remilitarização do Japão no complexo regional de segurança da Ásia oriental.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica - Introdução ao Estudo.** São Paulo: Sicurezza, 2006.

MAGNOTTA, Fernanda Petená. **Multipolaridade e multilateralismo:** o G20 e a relação entre poder e governança no século XXI. São Paulo: FAAP, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Penguin Companhia, 2017.

MARQUES, Guilherme Bez. **Velhos e Novos Atores:** As Relações Internacionais de Vestfália ao século XXI. Curitiba: Revista Ius Gentium, 2008.

MARTIN, Volker Fritz. **A União Europeia: desafios estratégicos, geopolíticos e diplomáticos na atual conjuntura multipolar - implicações da evolução das ameaças estratégicas na próxima década para a política de segurança.** Rio de Janeiro: Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2015.

MENDONÇA, Sandro. **Rota da Seda: a ascensão e desdobramento de uma agenda.** Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

MILANI, Carlos; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Atores Não Estatais e Trade Policy-Making no Brasil: Análise dos Interesses e das Estratégias da CEB e da REBRIP.** Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, vol. 55, n2, 2012.

MILHAZES, José. **Ucrânia: guerra sem fim à vista ou mais um conflito congelado.** Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

MISSE, Michel. **Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** São Paulo: Publicaffairs, 2009.

NUNES, Leonardo da Silveira. **Globalização e ressurgimento do nacionalismo: um panorama dos fins do século XX e início do século XXI.** Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. **Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira.** Ponta Grossa: Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, vol. 3, n. 2, 2016.

OLIVEIRA, Miguel Darcy. **Nações Unidas, novos atores e governança global: mensagens e propostas do Painel sobre sociedade civil.** São Paulo: Política Externa, v. 8, n. 2, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato - Política Internacional.** Brasília: FUNAG, 2012.

_____. **As Grandes Estratégias dos Estados Unidos (1989/2010)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2010.

PICCOLLI, Larlecianne. **O posicionamento russo no Ártico: entre ímpetos econômicos e de segurança**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

PINHEIRO, João Leal de Faria Dias. **Os desafios para a estratégia global da União Europeia numa perspectiva de segurança e defesa**. Pedrouços: Instituto Universitário Militar, 2017.

QUIROZ, Ulises Granados. **Las Islas Spratly: Internacionalización de um conflicto regional**. Ciudad de México: ITAM, 2016.

RIBEIRO, Erik Herejk. **A Expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX): Uma Coalizão Anti-Hegemônica?** Porto Alegre: UFRGS, 2015.

RIBEIRO, Valeria Lopes. **A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico**. Rio de Janeiro: IE/NEI-UFRJ, 2010.

ROCHA, Frederico Pedroso. **A direita radical e as eleições europeias em 2014**. Lisboa: IPRI-UNL, 2014.

ROCHA, João Manuel. **Pistas para pensar as relações entre media e terrorismos**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Os Processos de Globalização**. São Paulo: Cortez, 2002.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Rio de Janeiro: Revista de administração pública, 2009.

SILVA, Jorge Tavares da. **Taiwan e as relações com a China**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

TAVARES, Nathany. **A exacerbação do nacionalismo separatista na Catalunha: um debate entre Nação, Estado e União Europeia**. Florianópolis: Universidade do

Sul de Santa Catarina, 2017.

TELES, Patrícia Galvão. **As respostas europeias aos atentados de Paris e Bruxelas**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

TOSATTI, Tatiana. **Brexit, eleições presidenciais americanas e blocos regionais**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2017.

TRAJANO, Eleonora. **Políticas de conservação e critérios ambientais: princípios, conceitos e protocolos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2008.

WEBER, Max. **A Política como vocação**. São Paulo: Cultrix, 1993.

b) Site de notícias

- **Defense Secretary Mattis Tells NATO Allies to Spend More, or Else**, fonte site The New York Times, acessado em 26 de maio de 2018 pelo link <https://www.nytimes.com/2017/02/15/world/europe/jim-mattis-nato-trump.html>

- **Independência da Catalunha vence referendo com 90% dos votos, diz governo catalão**, fonte site g1.globo.com, acessado em 26 de maio de 2018 pelo link <https://g1.globo.com/mundo/noticia/presidente-catalao-diz-que-catalunha-ganhou-direito-de-ser-um-estado-premie-espanhol-afirma-que-nao-houve-referendo.ghtml>

- **Saúde em Rede**, fonte site vivario.org.br, acessado em 3 de julho de 2018 pelo link <http://www.vivario.org.br/saude-em-rede/>.